



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

SILMAR DOS SANTOS LIMA

**MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODS NA PARAÍBA:
O CASO DO MUNICÍPIO DE BAYEUX**

**João Pessoa
2019**

SILMAR DOS SANTOS LIMA

**MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODS NA PARAÍBA:
O CASO DO MUNICÍPIO DE BAYEUX**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Bacharel em Economia

Orientadora:
Prof^a Dr^a Wanderleya dos Santos Farias

**João Pessoa
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732m Lima, Silmar dos Santos.

MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODS NA PARAÍBA: o caso do município de Bayeux / Silmar Dos Santos Lima. - João Pessoa, 2019.

76 f.

Orientação: Wanderleya dos Santos Farias.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2. meio ambiente. 3. finanças públicas. 4. municípios. 5. Paraíba. I. Farias, Wanderleya dos Santos. II. Título.

UFPB/CCSA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

AValiação DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) do aluno **Silmar dos Santos Lima**, 11117791, intitulada **MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODS NA PARAÍBA: O CASO DO MUNICÍPIO DE BAYEUX**, foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Dr^a Wanderleya dos Santos Farias (orientadora), Dr^a Rejane Gomes Carvalho(examinadora), Dr^a Liedje Bettizaide Oliveira De Siqueira (examinadora), no dia 25/9/2019, às 9:30 horas, no período letivo de 2019.1.

O TCC foi aprovado pela Comissão Examinadora e obteve nota (9,5) NOVE E MEIO.

Reformulações sugerida: Sim () Não ()

Atenciosamente,

Wanderleya dos Santos Farias

Prof.a/Dra. Wanderleya dos Santos Farias
(Orientadora)

Liedje Bettizaide O. de Siqueira

Prof.^a Dr.^a Liedje Bettizaide Oliveira De Siqueira

(Examinadora)

Rejane Gomes Carvalho

Prof.^a Dr.^a Rejane Gomes Carvalho (Examinadora)

Cientes,

Liedje Bettizaide O. de Siqueira

Prof.^a Dr.^a Liedje Bettizaide Oliveira De Siqueira

Coordenadora da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso

Silmar dos Santos Lima

Silmar dos Santos Lima

Aluno

**João Pessoa– PB
2019**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por estar sempre ao meu lado me dando força nos momentos difíceis e me auxiliando a superar todos os obstáculos.

Agradeço de forma especial aos meus pais, Sinval e Maria Ercília, por todo carinho, cuidado, paciência, educação, ensinamento, esforço, por abrir mão dos seus sonhos para que eu pudesse alcançar e viver os meus. À vocês, todo o meu amor e gratidão.

Aos meus irmãos Silvano, Silmara, Silvana e Suênia por todo o apoio.

Não posso deixar de agradecer a minha esposa, Thaiz Araújo, que sempre esteve ao meu lado nos momentos de provas, stress dos trabalhos da faculdade e que me incentivou cada vez mais a não desistir de concluir o meu Trabalho de Conclusão e por ter bastante paciência e perdoar as minhas ausências.

Aos meus amigos Wilmer, Madson, Lucas Vieira, Luckas, Walisson vulgo “professor”, Daniel e Ney que a Instituição me concedeu durante todo esse tempo de graduação e ao demais que contribuíram de forma direta e indireta para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

À Universidade Federal da Paraíba e ao corpo docente do Departamento de Economia, pelos profissionais qualificados e sempre empenhados em nos transmitir um ensino de extrema qualidade.

E por fim, em especial a minha orientadora Prof^a. Dr^a Wanderleya dos Santos Farias em nunca ter desistido de mim durante toda a preparação e construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, por toda sua atenção, dedicação e esforço, sempre me apoiando e incentivando para que assim ganhasse confiança e segurança.

RESUMO

Na atualidade, os desafios para o alcance do desenvolvimento ao nível local são complexos. Os municípios apresentam aspectos estruturais nas quais a pobreza e a desigualdade social, em várias situações, assumem formas e dimensões específicas. Tentando trazer respostas para tais questões, a Organização das Nações Unidas propôs uma Agenda internacional com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para serem alcançados até 2030. Nessa perspectiva, o objetivo desse estudo monográfico é analisar a evolução do município de Bayeux/PB no período de 2000 a 2017 e observar se as condições socioeconômicas, ambientais e das finanças públicas do referido município estão alinhadas com as metas dos ODS. O referencial teórico que serviu de base para o estudo em tela norteou-se na literatura especializada que discute a dicotomia entre crescimento econômico e desenvolvimento. Também se procedeu um diálogo teórico com os temas abordados nas conferências internacionais promovidas pela ONU, desde os anos 1970 até a fase contemporânea, que conferiu centralidade para a questão do desenvolvimento sustentável. A metodologia empregada é de natureza descritiva e aplicada e se ampara em indicadores quantitativos publicados em fontes oficiais de pesquisa. Os principais resultados da pesquisa indicaram que houve um declínio na proporção da pobreza em Bayeux, no entanto o índice de concentração de renda não apresentou alteração significativa. No que se refere à área de educação, observou-se pouca eficiência nos gastos anuais por aluno comparativamente às notas do IDEB. Quanto à dinâmica econômica, notou-se que a quantidade de estabelecimentos e empregos formais no município apresentou declínio nos últimos anos. Pode-se aludir que o contexto de crise da economia do país tenha causado impactos adversos para a economia local. Na dimensão ambiental, foi possível verificar que o sistema de esgotamento sanitário adequado só alcança uma proporção reduzida da população urbana. Ao se examinar as finanças públicas municipais, constatou-se que a Prefeitura apresenta uma situação fiscal de grande dependência de repasse de recursos de outros entes federativos e também exibiu descontrole quanto aos gastos com pessoal. O nível de investimento público municipal voltado para a melhoria do município foi pífio nos anos estudados. Dentre as principais conclusões, considera-se que o município de Bayeux precisa superar algumas distorções socioeconômicas e fiscais para conseguir alcançar as metas e objetivos da Agenda ODS.

PALAVRAS-CHAVE: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, meio ambiente, finanças públicas, municípios, Paraíba

ABSTRACT

Currently, the challenges to reaching local development are complex. Cities presents structural aspects where poverty and social inequality, in many situations, take over specific forms and dimensions. Aiming to bring answers to these questions, United Nations propose an international Agenda with 17 Objectives of Sustainable Development, to be completed by 2030. On this perspective, the objective of this monographic study is to analyze the evolution of the municipality of Bayeux/PB between 2000 and 2017 and observe if the socioeconomic, environmental and public finance conditions of this municipality are aligned to the goals of OSD. The theoretical references where this study is based are the specialized literature that discusses the dichotomy between economic growth and development. Also proceeded a theoretic dialog with the approached themes on the international conferences promoted by the UN, since the 1970s until the contemporary phase, conferring centrality to the sustainable development question. Methodology is of descriptive and applied nature, and supported by quantitative indicators published in official research sources. The main results of this research indicate a decline on the poverty levels in Bayeux, although the income concentration has not changed significantly. On the education area, it has been observed low efficiency on the annual spending by student comparatively to the IDEB grades. About the economic dynamic, it was noted that the quantity of establishments and formal jobs on the municipality has decreased in the recent years. It can be alluded that the context of economic crisis of the country has caused adverse impacts on the local economy. On the environmental field, it was verified that the system of sanitary sewage is suitable only for a reduced part of the urban population. Examining the public finances of the municipality, it can be seen that the city presents a great dependence of resources from other federative entities and also out of control with staff expenses. The public spending focused on city improvement was shallow in the period. On conclusion, the municipality of Bayeux needs to overcome some socioeconomic and fiscal distortions to reach the goals defined on OSD Agenda.

Keywords: Objectives of Sustainable Development, environment, public finances, municipality, Paraíba.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1– Bayeux População Residente 1991, 2000, 2010, 2011, 2012	37
GRÁFICO 2 – Município de Bayeux: população residente por sexo em 2010 ..	37
GRÁFICO 3 – Município de Bayeux: pirâmide etária em 2010	38
GRÁFICO 4 – Município de Bayeux: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família entre os anos de 2010 a 2017	40
GRÁFICO 5 – Município de Bayeux: taxa de analfabetismo por ano e faixa etária nos anos de 1991, 2000 e 2010	41
GRÁFICO 6 – Município de Bayeux: total de matrículas do ensino básico nos anos de 2010 a 2018.....	42
GRÁFICO 7 – Município de Bayeux: evasão escolar nos anos de 2010 a 2017	42
GRÁFICO 8 – Município de Bayeux: reprovação escolar nos anos de 2010 a 2017	43
GRÁFICO 9 – Município de Bayeux: distorção idade série anos iniciais (1º ao 5º ano) nos períodos de 2006 a 2018.....	44
GRÁFICO 10 – Município de Bayeux: distorção idade série anos finais (6º ao 9º ano) nos períodos de 2006 a 2018.....	44
GRÁFICO 11 – Município de Bayeux: distorção idade/série ensino médio (1º ao 3º ano) nos períodos de 2006 a 2018.....	45
GRÁFICO 12 – Município de Bayeux: evolução do IDEB x despesas em educação anos iniciais (em R\$) nos períodos de 2013, 2015 e 2017.....	46
GRÁFICO 13 – Município de Bayeux: evolução do IDEB x despesas em educação anos finais (em R\$) nos períodos de 2013, 2015 e 2017	46
GRÁFICO 14 – Município de Bayeux: IFDM Educação entre os anos de 2010 a 2013	47
GRÁFICO 15 – Município de Bayeux: casos de Aids entre os anos de 2010 a 2018	50
GRÁFICO 16 – Município de Bayeux: IFDM Saúde entre os anos de 2010 a 2013	53
GRÁFICO 17 – Município de Bayeux: abastecimento de água zona urbana nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	54
GRÁFICO 18 – Município de Bayeux : abastecimento de água na zona rural	

nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	54
GRÁFICO 19 – Município de Bayeux: esgotamento sanitário zona urbana nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	55
GRÁFICO 20 – Município de Bayeux: esgotamento sanitário zona rural nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	56
GRÁFICO 21 – Município de Bayeux: destinação do lixo zona urbana nos anos de 1991, 2000 e 2010	57
GRÁFICO 22 – Município de Bayeux: destinação do lixo zona rural nos anos de 1991, 2000 e 2010	58
GRÁFICO 23 – Município de Bayeux: PIB a Preços Correntes nos períodos de 2010 a 2016	59
GRÁFICO 24 – Município de Bayeux: PIB por setores nos períodos de 2010 a 2016	60
GRÁFICO 25 – Município de Bayeux: participação das atividades econômicas no PIB no ano de 2016.....	60
GRÁFICO 26 – Município de Bayeux: remuneração média dos empregos formais por atividade econômica no ano de 2017.....	62
GRÁFICO 27 – Município de Bayeux: IFDM Emprego e Renda entre 2010 e 2013	62
GRÁFICO 28 – Município de Bayeux: receita orçamentária e despesa empenhada anual entre 2010 e 2017 (em R\$).....	64
GRÁFICO 29 – Município de Bayeux: principais receitas por categoria entre 2015 e 2017	65
GRÁFICO 30 – Município de Bayeux: valor dos tributos nos anos de 2015 e 2017 (em R\$)	66
GRÁFICO 31 – Município de Bayeux: despesa por categoria econômica nos anos de 2015 e 2017	67
GRÁFICO 32 – Município de Bayeux: valor gasto com servidores nos períodos de 2012 a 2017	67
GRÁFICO 33 - Prefeitura de Bayeux: evolução do IFGF nos anos de 2010 a 2016	68

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: As 8 principais metas dos Objetivos do Milênio.....	20
FIGURA 2: Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	21
FIGURA 3: Classificação do IFDM.....	29
FIGURA 4: Classificação do IFGF.....	32
FIGURA 5: Localização Geográfica do Município de Bayeux	35
FIGURA 6: Barragem e reservatório de Marés.....	36
FIGURA 7: Infográfico do Município de Bayeux	61

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Município de Bayeux: renda, pobreza e desigualdade nos anos de 1991, 2000 e 2010	39
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Município de Bayeux: População Residente nos anos de 1991, 2000 e 2010	36
QUADRO 2: Número de Nascidos Vivos e Taxa Bruta de Natalidade	48
QUADRO 3: Taxa de Mortalidade e Mortalidade Infantil	49
QUADRO 4: Esperança de Vida ao Nascer e Taxa de Fecundidade dos últimos Censos.....	49
QUADRO 5: Município de Bayeux: total de estabelecimentos de saúde nos meses de dezembro de 2010 a 2018 e junho de 2019	51
QUADRO 6: Município de Bayeux: unidades básicas de saúde no ano de 2018.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da imunodeficiência adquirida
CAGED	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
CMMAD	Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFGF	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IR	Imposto de Renda
IRPF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto sobre serviços
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações
RCL	Receita Corrente Líquida
SAEB	Sistema de Avaliação Básica

SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UNDP	United Nations Development Programme

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 OBJETIVOS	16
1.1.1 objetivo geral	16
1.1.2 objetivos específicos.....	16
2. REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 Crescimento econômico x Desenvolvimento sustentável	17
2.2 As agendas internacionais para o desenvolvimento	20
3. METODOLOGIA	28
3.1 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM	29
3.1.1 IFDM Emprego e Renda.....	30
3.1.2 IFDM Educação.....	30
3.1.3 IFDM Saúde	31
3.2 Índice Firjan de gestão fiscal – IFGF	32
3.2.1 IFGF Receita Própria	33
3.2.2 IFGF Gasto com o Pessoal	33
3.2.3 IFGF Investimentos	33
3.2.4 IFGF Liquidez	34
3.2.5 IFGF Custo da Dívida	34
4 AS DIMENSÕES DOS ODS NO MUNICÍPIO DE BAYEUX	35
4.1 Perfil demográfico do município	35
4.2 Pobreza, desigualdade e renda	38
4.3 Dimensão educacional	40
4.4 Dimensão da saúde	48
4.5 A gestão ambiental	53
4.6 Perfil das atividades produtivas e do mercado de trabalho	58
4.7 Finanças Públicas Municipais	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Para um município alcançar um nível de desenvolvimento sustentável é importante que as condições econômicas locais tragam efeitos satisfatórios para diversas dimensões da realidade local como: a melhoria na distribuição da renda; a ampliação do mercado formal de trabalho, a qualidade dos serviços de educação e saúde e a preservação do meio ambiente.

Por outro lado, as decisões quanto à alocação dos recursos orçamentários das prefeituras devem ser ancoradas numa governança efetiva quanto às diversas demandas da população local. É nessa perspectiva que se baseia o estudo proposto e procura discutir se as condições sociais, econômicas, ambientais e das finanças municipais do município de Bayeux, localizado no estado da Paraíba, se aproximam da noção de sustentabilidade do desenvolvimento proposta pelos 17 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU.

Bayeux é considerado o 5º município mais populoso do estado da Paraíba, ficando apenas atrás de João Pessoa, Campina, Santa Rita e Patos. Inserido na Microrregião de João Pessoa, a população estimada do referido município, em 2018, era de 99.716 habitantes (IBGE, 2010).

Pesquisas recentes têm apontado que a crise econômica pela qual vem passando o país, nos últimos anos tem concorrido para retrainir o ritmo de desempenho das economias locais como também tem influenciado a deterioração da situação fiscal dos municípios. A partir de estudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, cerca de 4.773 municípios apresentaram piora em seus indicadores sociais e econômicos nos últimos anos. Esse frágil desempenho decorreu, em grande medida, dos impactos do período recessivo enfrentado pela economia brasileira (CNM, 2017).

Com a desaceleração das atividades econômicas, as prefeituras atravessam um contexto de retração no volume de repasse de transferências intergovernamentais, em face da queda na arrecadação dos tributos da União e do governo estadual. Outro aspecto relevante foi o próprio declínio das atividades econômicas locais que sentiram os efeitos da retração dos investimentos no país (CNM, 2017). Tais fenômenos demonstram o quanto à formulação e implementação de políticas públicas em torno da sustentabilidade do desenvolvimento se torna complexa no âmbito municipal e merecem ser estudados.

À despeito dos desafios que os municípios brasileiros enfrentam para tornar as cidades mais inclusivas e sustentáveis, já existem experiências bem sucedidas nesse sentido. O modelo de gestão adotado pela prefeitura de Barbacena, localizado no estado do Pará, vem sendo estruturado com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A coordenação de ações das secretarias municipais e os projetos de desenvolvimento territorial local estão articulados às metas e objetivos dos ODS. Essa iniciativa institucional tem sido, conforme a Associação Brasileira de Municípios, uma referência nacional¹.

No sertão da Paraíba, o município de Pombal representou os municípios brasileiros na 70ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York (EUA) em 2015². O referido município se destacou pelos resultados alcançados quanto nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. A Declaração do Milênio das Nações Unidas, firmada em 2000, tinha oito objetivos voltados, principalmente, para a sustentabilidade social e ambiental.

Nos anos mais recentes, o município de Bayeux vem enfrentando algumas dificuldades no que diz respeito à administração pública. Matérias de jornal apontam a omissão de informações referente aos gastos com pessoal e destacam casos de improbidade administrativa da gestão local. Por outro lado, no âmbito do setor produtivo, o município de Bayeux sedia várias empresas do setor industrial e possui um setor de serviços diversificado que trazem reflexos positivos para a capacidade de produção local de bens e serviços. A Empresa Cambuci S/A, que produz artigos esportivos, anunciou, em 2018, a ampliação de sua fábrica e abertura de novos postos de trabalho³.

Para desenvolver o estudo em tela, estruturou-se esse trabalho monográfico da seguinte forma: Além dessa Introdução, o segundo capítulo apresenta algumas considerações teóricas sobre a dicotomia entre desenvolvimento e crescimento sustentável e debate sobre os principais temas das conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas. Também se discute os desafios enfrentados pelos municípios para alcançarem indicadores socioeconômicos mais prósperos. O terceiro capítulo busca apresentar aspectos metodológicos de como a pesquisa foi estruturada. No quarto capítulo, são discutidos os principais resultados da pesquisa empírica. O quinto e último capítulo traz as considerações

¹ Ver <https://abm.org.br/ods/barcarena-pa-e-referencia-nacional-quando-o-assunto-e-ods/>

² Ver <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/09/cidade-da-paraiba-representa-brasil-em-assembleia-da-onu-nos-eua.html>

³ Ver <https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/mais-600-empregos-fabrica-vai-ampliar-e-contratar-mais-funcionarios-na-paraiba/>

finais como também apresenta-se as referências que serviram de base para a construção analítica do estudo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O foco principal desse estudo é analisar se a evolução das condições socioeconômicas, ambientais e das finanças municipais de Bayeux/PB, no período de 2000 a 2017 apresentaram uma trajetória alinhada às metas e objetivos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável proposto pela Organização das Nações Unidas.

1.1.2 Objetivos específicos

- Analisar os aspectos demográficos e sociais do município de Bayeux e observar se a evolução dos respectivos indicadores se coaduna com a Agenda ODS.
- Examinar a dinâmica e composição das atividades produtivas do referido município bem como o perfil do mercado de trabalho local.
- Avaliar se a questão ambiental no município enfrenta desafios para o alcance dos ODS.
- Discutir se evolução das finanças públicas locais apresenta governança efetiva para o alcance da sustentabilidade fiscal proposta pelos ODS.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Crescimento Econômico X Desenvolvimento Sustentável

Até a primeira metade do século passado, algumas abordagens teóricas supunham que o crescimento econômico de um país, por si só, traria resultados satisfatórios para o bem estar da população. A expansão anual do Produto Interno Bruto era visto como um indicador que se traduziria em melhoria nos padrões de renda agregada e na elevação do nível de salários.

No entanto, com a dinâmica histórica da economia capitalista a nível mundial, os indicadores evidenciavam que alguns países haviam experimentado processos de modernização em suas bases produtivas, mas a desigualdade de renda tinha se agravado (STIGLITZ, 2006).

Além disso, os padrões tecnológicos e organizacionais de produção, se por um lado, tinham elevado substancialmente a capacidade de produção das indústrias, de outro lado, tinham causado sérios danos ao meio ambiente por meio da emissão de gases poluentes. Diante dessas evidências empíricas, a validade das teorizações que propalavam a expansão econômica como indutora do desenvolvimento começaram a ser postas em questionamento (CAMARGO, 2003).

Stiglitz (2006) aponta que, nos anos 1980, os países mais avançados implementaram, em suas economias, políticas macroeconômicas inspiradas no ideário neoliberal recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Para o autor, numa direção contrária aos objetivos definidos pelo Acordo de Bretton Woods, os programas neoliberais teriam privilegiado os *'interesses geopolíticos globais'* em contraposição ao fortalecimento dos países com economias menos desenvolvidas.

Na percepção de Chossudovsky (1999), os programas de ajuste econômico impostos pelo FMI aos países do Terceiro Mundo na década de oitenta, em geral, produziram efeitos adversos sobre o valor real do salário mínimo e contribuiu para ampliar o desemprego, a pobreza e a informalidade.

A partir da segunda metade do século XX, foi adquirindo força o debate em torno do desenvolvimento. O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a

humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava nesse contexto temporal (OLIVEIRA, 2002).

Em 1983, na Comissão Mundial para o Meio Ambiente, também conhecida como Comissão de Brundtland, foi elaborado um relatório que ficou conhecido como “*Nosso Futuro Comum*”. Tal relatório trazia o resultado de pesquisas sobre questões sociais, principalmente no que se reporta ao uso da terra, o suprimento de água, habitação e serviços sociais, educacionais e sanitários, além do planejamento urbano. Essas questões estavam interligadas e compreendiam o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (BARBOSA, 2008).

O relatório Brundland destacava que o desenvolvimento de um país, região ou cidade devia priorizar o atendimento das necessidades básicas da população e oferecer oportunidades de melhora de qualidade de vida para todos. O conceito de equidade aparecia como foco central no relatório e era considerado essencial para que houvesse a participação da sociedade civil na tomada de decisões em torno da dinâmica do país e/ou das cidades (OLIVEIRA, 2002).

Um dos principais conceitos debatidos pelo relatório foi o de “equidade” como condição para que ocorresse a participação efetiva da sociedade civil na tomada de decisões para o desenvolvimento urbano. O relatório ainda ressaltou, em relação às questões urbanas, a necessidade de descentralização das aplicações de recursos financeiros e humanos. No tocante aos recursos naturais, avaliou a capacidade do planeta de absorver os efeitos causados pela atividade humana e afirmou que a pobreza já podia ser considerada como um problema ambiental e como um tópico fundamental para a busca da sustentabilidade (BARBOSA, 2008).

No III Relatório do Clube de Roma, ocorrido em 1976, o debate em torno dos efeitos negativos dos processos de produção sobre os limites físicos do planeta esteve no foco das discussões. Também debatia-se sobre os riscos de ocorrerem graves convulsões sociais provocadas pelo abismo social existente entre a renda dos países ricos e dos países pobres.

Para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), o conceito de desenvolvimento sustentável estava diretamente relacionado ao processo de crescimento das cidades. A expansão desordenada de grandes centros urbanos tinha demonstrado que a desigualdade social e a degradação do meio ambiente se agravavam. A

CMMDA preconizava: o uso racional dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas; o crescimento renovável; a mudança de qualidade do crescimento; a satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico, entre outros (CMMAD, 1991).

A Organização das Nações Unidas, durante toda a sua trajetória histórica, trouxe como um dos temas centrais de suas conferências internacionais a questão do desenvolvimento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é uma exemplo do empenho dessa instituição multilateral em prol do debate para se encontrar soluções para o problema da fome, da pobreza e da degradação do ambiente. Segundo Romeiro (2012), o primeiro relatório de Desenvolvimento Humano foi elaborado na década de 1990 e tinha o objetivo de estimular um modelo de desenvolvimento na qual as pessoas pudessem alcançar uma vida saudável e longa.

Proposto em 1990 pelo PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) procurava medir o nível de desenvolvimento a partir de indicadores do padrão de vida, da longevidade e do conhecimento da população. É oportuno destacar que o PNUD chamava atenção para o aspecto de que essas dimensões eram insuficientes para dá conta da complexidade de determinantes que envolvem o alcance do bem estar das pessoas, mas que seria um ponto de partida conceitual (PNUD, 1993).

No ano de 1998, ocorreram duas conferências promovidas pelo Banco Mundial que consolidaram uma nova percepção de desenvolvimento sugeridas pela referida instituição aos governos nacionais e locais. A primeira conferência aconteceu em Helsink e foi intitulada de *“Instrumentos morais e objetivos mais amplos: movendo-se em direção ao consenso Pós-Washington”* e, nove meses depois, aconteceu em Genebra a conferência *“Rumo a um novo paradigma para o desenvolvimento: estratégias, políticas e processos”* (STIGLITZ, 2006).

O economista Jonh Stiglitz esteve à frente dessas conferências e defendeu uma postura crítica em relação aos resultados recessivos que as políticas econômicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e o Banco Mundial provocaram aos países em desenvolvimento no que ficou conhecido como Consenso de Washington (STIGLITZ, 2006).

O atual processo de globalização está gerando resultados desequilibrados, tanto entre países como dentro deles. Cria-se riqueza, mas um número muito grande de países e de pessoas não está se beneficiando dela. Elas também têm pouca ou nenhuma voz na moldagem do processo. Vista através dos olhos da vasta maioria das mulheres e dos homens, a globalização não atendeu a suas aspirações simples e

legítimas de empregos decentes e um futuro melhor para seus filhos. Muitos deles vivem no limbo da economia informal, sem direitos formais e numa faixa de países pobres que subsistem precariamente às margens da economia global. Até mesmo nos países economicamente bem-sucedidos, alguns trabalhadores e algumas comunidades foram afetados de forma negativa pela globalização. Enquanto a revolução nas comunicações globais aumenta a consciência dessas disparidades esses desequilíbrios globais são moralmente inaceitáveis e politicamente insustentáveis. (STIGLITZ, 2006, p. 67-68)

Portanto, desde a década de 1990, as instituições multilaterais empreenderam esforços mais significativos para fortalecer uma nova perspectiva de desenvolvimento no contexto global e propuseram também a adoção de uma nova geração de políticas sociais no enfrentamento da pobreza mundial. Desde então, novas agendas voltadas para o alcance do desenvolvimento sustentável vêm sendo propostas.

2.2 As Agendas internacionais para o desenvolvimento

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada Rio 92, reuniu grandes autoridades na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992 com o objetivo de criar uma cooperação global para a promoção do desenvolvimento na qual os seres humanos e o meio ambiente fossem considerados elementos indispensáveis do processo (MONTEIRO, 2012).

No ano 2000, 189 países e 23 organizações internacionais se reuniram num evento chamado Cúpula do Milênio e assinaram a Declaração do Milênio que compreendia um conjunto de objetivos e metas para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza mundial denominado os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Figura 1: As 8 principais metas dos Objetivos do Milênio



Fonte: Plataforma Agenda 2030

Os signatários da Organização das Nações Unidas, ao assinarem a Declaração do Milênio, se comprometeram a empreender esforços para o alcance dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os ODM propunham a articulação da sociedade civil organizada, governos e representantes dos setores econômicos para diagnosticarem os problemas ao nível nacional e local e pactuarem formas de resolvê-los, de modo a construir economias mais sustentáveis. A cooperação e o diálogo entre os atores sociais norteavam a efetivação dessa agenda internacional (ALVES, 2015).

A Cúpula das Nações Unidas, em meados dos anos de 2010, buscou acelerar a execução dos Objetivos do Milênio e requereu ao Secretário das Nações Unidas a definição de novas metas para os anos seguintes. Com o apoio do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (GDN), o Secretário Geral da ONU anunciou um sistema de consultas com intuito de criar uma nova agenda de desenvolvimento que tivesse como hiato temporal os anos de 2015 a 2030.

Constituído por 70 países, o Grupo de Trabalho Aberto para elaboração da ODS contou com a contribuição de vários grupos interessados em apresentar propostas para uma nova agenda de desenvolvimento. Em meados de 2014, o GTA-ODS selecionou as diversas contribuições recebidas, sugerindo 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em 2015, representantes de diversas nações assinaram, na sede da ONU em Nova York, a Agenda 2030, que tinha como pilares mais importantes a erradicação da pobreza e a proteção ambiental do planeta.

Figura 2: Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Plataforma Agenda 2030

O documento “*Transformando o Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*” apresenta três importantes dimensões de sustentabilidade: a social, econômica e ambiental para serem alcançados até o ano 2030. A referida Agenda contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. A seguir, apresentamos, de maneira sintética, as principais metas dos ODS.

ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

A situação de extrema pobreza continua sendo um dos grandes desafios para a economia mundial. De acordo com o pronunciamento feito em 17 de outubro de 2018 pelo o Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, mais de 700 milhões de pessoas viviam na miséria e não conseguiam atender as necessidades básicas para a reprodução de suas vidas no contexto global, sobrevivendo com uma renda média inferior a US\$ 8 dólares por dia⁴.

As principais metas dos ODS 1 visam reduzir, até em 2030, a situação de extrema pobreza da população (homens, mulheres e crianças) que vivem com menos de US\$ 1,25 mediante a adoção de medidas de proteção social pelos governos ao nível nacional e local. No conjunto de metas voltadas para a erradicação da pobreza, também têm relevo: a formulação de ações e políticas públicas que permitam assegurar às classes desfavorecidas níveis mais equitativos de renda e maior acesso aos recursos econômicos.

ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Segundo a ONU, a desnutrição havia declinado nas últimas décadas no cenário global em boa medida em face dos esforços de diversos governos em garantir a segurança alimentar dos mais pobres e também devido a expansão da agricultura. No entanto, a quantidade de pessoas subnutridas vem aumentando desde 2015 e transforma o ODS 2 num objetivo desafiador. No primeiro semestre de 2019, um relatório anual produzido por várias organizações da ONU divulgou que, cerca de 821,6 milhões de pessoas passaram fome em 2018 em todo o mundo. Os indicadores ainda revelaram que houve uma elevação de 10,6

⁴ Ver <https://nacoesunidas.org/onu-diz-que-pobreza-impede-mais-de-700-milhoes-de-pessoas-de-atender-suas-necessidades-basicas/>

milhões de pessoas desnutridas em relação ao observado no ano anterior, o que representa o terceiro aumento consecutivo⁵.

ODS 3 - Garantir uma vida Saudável e bem estar para todas as idades

Com os esforços empreendidos ao longo da vigência dos ODM, houve uma queda significativa, a nível mundial, das taxas de mortalidade infantil e de novos casos de Aids, tuberculose e outras doenças endêmicas. O número de infectados pela Aids, nos últimos 15 anos, teve uma queda de 3,1 milhões para 2 milhões, segundo dados divulgados pela ONU⁶. Por outro lado, também se observou uma melhoria na saúde materna. Na atualidade, as doenças que têm mais concorrido para o aumento dos casos de óbito, no contexto global, são as doenças não contagiosas como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer, entre outros.

Algumas das metas do ODS 3 para serem alcançadas até 2030 são: minimizar a mortalidade materna em torno de 12 mortes por 100.000 nascidos até 2030; extinguir definitivamente as doenças sexualmente transmissíveis, malária e a tuberculose; Minimizar em 1/3 a mortalidade por doenças não transmissíveis através de tratamentos; Reduzir o número de mortes nas estradas e Promover a informação e a educação para o planejamento familiar, entre outras.

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Desde os anos 2000, a educação no ensino fundamental apresentou uma expressiva expansão em diversos países. Dentre as principais metas desse ODS, destacam-se: possibilitar que as crianças possam concluir o ensino básico com qualidade até 2030; proporcionar que as classes menos favorecidas tenham acesso ao ensino técnico e de nível superior a preços acessíveis; ampliar o número de bolsas para os países em desenvolvimento e construir espaços físicos para uma educação com qualidade.

⁵ Ver <https://oglobo.globo.com/sociedade/onu-821-milhoes-de-pessoas-passaram-fome-em-2018-23810069>

⁶ <https://nacoesunidas.org/tema/ods3/>

ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

A igualdade de gênero apresenta um forte impacto para o desenvolvimento sustentável, pois esse objetivo tende a proporcionar melhores condições de vida às mulheres e meninas minimizando as diversas formas de discriminações, gerando uma maior participação na tomada de decisões tanto no âmbito político quanto econômico. As metas mais relevantes para 2030 é eliminar qualquer tipo de violência e discriminação de gênero tanto na esfera pública e privada; reconhecer e valorizar qualquer tipo de trabalho doméstico e promover políticas e legislações concretas para a igualdade de gênero.

ODS 6 - Disponibilizar água potável e saneamento básico para todos

Considerada um dos centros do desenvolvimento sustentável nas suas três esferas ambiental, social e econômica, a água apresenta um papel importante no empenho para a sustentabilidade ambiental, erradicação da pobreza e do crescimento econômico. Diante do aquecimento global e do uso desregulado da água, é fundamental garantir a preservação desse recurso natural que é imprescindível para todas as formas de vida do planeta. Algumas metas desse ODS, para 2030, estão focadas: no acesso de todos à água potável de qualidade; redução da poluição dos rios e mares; disponibilização de sistema de saneamento básico para todos; proteção e restauração dos ecossistemas naturais.

ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

A tendência, para os próximos anos, é que a demanda por energia aumente para atender as necessidades humanas. O ODS 7 identifica a importância da busca de alternativas sustentáveis e limpas para substituírem as fontes de energias poluentes. Promover investimentos de pesquisas na área de tecnologia limpas e melhorar cada vez mais a eficiência energética são umas das metas do referido ODS.

ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Um das causas que prejudica o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável seriam a desigualdade social e a globalização da pobreza. Para reverter tal situação, a Agenda 2030 preconiza o estímulo ao empreendedorismo e à formação de novos postos de trabalhos de forma inclusiva e sustentável.

ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Investimento em infraestrutura e em inovação são elementos básicos para se alcançar o crescimento e desenvolvimento econômico das nações. Essa ODS tem como propósito a construção de estruturas tecnológicas mais modernas, o progresso industrial; a valorização das micro e pequenas empresas e a inserção das pessoas aos sistemas financeiros.

ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

A desigualdade e a distribuição renda dentro do próprio país e no seu interior provoca efeitos adversos ao desenvolvimento e às oportunidades para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Um dos grandes desafios é o engajamento dos países para melhorar a regulamentação dos mercados e instituições financeiras globais de tal forma que se possa garantir a igualdade de oportunidades e direitos possam ser acessíveis para todos.

ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

A pobreza é um fenômeno que aparece nos grandes centros urbanos como também nos pequenos municípios e causa exclusão social. Promover a construção de espaços urbanos que garanta: o acesso à moradia, serviços básicos e transporte público para todos; planejamento participativo de assentamentos humanos; salvaguarda do patrimônio cultural e natural são umas das principais metas dessa ODS.

ODS 12 - Consumo e Produção de forma sustentável

Um dos aspectos mais relevantes que esse ODS ressalta é a necessidade de alteração nos padrões de consumo e produção da sociedade global, sejam no padrão de utilização de recursos naturais e energético, da infraestrutura sustentável e da oferta dos serviços básicos. As metas mais relevantes seriam: a utilização de forma mais eficiente dos recursos naturais; redução da geração resíduos sólidos; incentivar as empresas a adotarem políticas sustentáveis; estimular os países em desenvolvimento a sustentar nas suas capacidade científicas e tecnológicas.

ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

De acordo com a ONU, a temperatura terrestre tende a aumentar gradativamente até o final do século XXI⁷. As mudanças climáticas têm afetado principalmente os países em desenvolvimento. O propósito dessa meta é adquirir 100 milhões de dólares por ano, até 2020, a fim de dar uma maior assistência para aquelas nações que sofrem com os desastres naturais.

ODS 14 - Preservar e proteger o uso dos oceanos de forma sustentável

Nos últimos anos, os oceanos têm sido prejudicados pela ação do homem, sejam elas pelas pescas ilegais ou pela poluição resultando na perda do habitat natural da vida marinha. O lixo que depositado degrada os oceanos, onde mais de 13.000 pedaços de lixo plásticos são encontrados a cada quilômetro quadrado. As principais metas desse ODS se reportam: a proteção da vida marinha; redução significativa da poluição e proteção dos ecossistemas marinhos.

ODS 15 - Proteger, recuperar e proporcionar os ecossistemas terrestres

Há décadas, a natureza tem sido prejudicada pela ação do homem, seja pela devastação das florestas para comercialização da madeira, para o desenvolvimento da agricultura ou através de incêndios criminosos. As florestas são responsáveis por manter o ar e o clima da Terra em equilíbrio. Dentre as metas que ODS 15 estabelece, se destacam: o combate a desertificação com intuito de reverter à degradação; proteção das áreas de preservação ambiental; o combate a caça ilegal dentre outros.

⁷ <https://nacoesunidas.org/tema/ods11/>

ODS 16 - Objetivo: Promover a Paz, a Justiça e Instituições Eficientes

O propósito dessa meta é fazer com que as Instituições sejam transparentes, inclusivas e eficientes para que assim os direitos da sociedade sejam prevalecidos com o intuito de reduzir definitivamente todo o tipo de violência, taxas e mortalidade, acabar qualquer tipo de abuso ou violência as crianças, reduzir a corrupção.

ODS 17 - Fortalecimento do compromisso da cooperação entre a comunidade internacional e os seus parceiros

Os 17 objetivos propostos pela Agenda 2030 só terão possibilidade de se concretizarem a partir da colaboração e compromisso entre todos os atores sociais e institucionais com comunidade internacional em torno do alcance do desenvolvimento. Nesse sentido, o intercâmbio de indicadores e de capital humano, a transferência de padrões tecnológicos, a cooperação entre países mais avançados com países detentores de economias menos potentes são os principais meios para o alcance dos ODS.

A Agenda 2030 representou um avanço em relação aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio quanto à sistematização de objetivos globais que contemplaram dimensões mais amplas do desenvolvimento. Os 17 ODS da Agenda 2030 trouxeram aspectos importantes como o crescimento econômico, a inovação e industrialização inclusivas, a gestão sustentável da água, da energia e dos resíduos sólidos, a proteção da vida terrestre e dos oceanos que não estavam presentes na Agenda 21. Todavia, por serem bem mais abrangentes os ODS também representam uma agenda desafiadora. Daí a pertinência de estudos que debatam sobre os limites e possibilidades dos municípios brasileiros em promover a territorialização desses objetivos globais.

3 METODOLOGIA

Com base na classificação proposta por Silva e Menezes (2005), a natureza desse estudo consiste numa pesquisa aplicada, uma vez que se fará um estudo de caso, com levantamento de indicadores quantitativos, visando observar se tais condições sociais, econômicas e financeiras no município de Bayeux se aproximam ou não do plano de ação proposto pela PNUD a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável por intermédio dos 17 ODS entre os anos de 2000 a 2017.

Em relação aos objetivos propostos e tomando-se como referência as proposições de Gil (2002), trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória pelo fato de analisar se o município de Bayeux consegue atingir as demais metas propostas pela agenda da ODS da PNUD, além de discutir o perfil demográfico dos municípios dessa microrregião como também verificar tanto o perfil socioeconômico quanto ao seu desenvolvimento.

Quanto à abordagem, a pesquisa é de natureza quantitativa, ou seja, serão utilizados recursos e técnicas estatísticas para a interpretação dos dados secundários obtidos por intermédio de instituições oficiais de pesquisas. As principais fontes de pesquisas para a análise dos aspectos demográficos e sociais do município de Bayeux foram extraídos dos: Censos Demográficos do IBGE, Portal IBGE/ODS, INEP, QEdU, IDEB, MeuMunicípio.com e DATASUS. No que se reporta aos indicadores sobre o perfil das atividades produtivas e do mercado de trabalho, as fontes de dados secundários foram o DATASEBRAE, o IBGE, RAIS/MTE e o Sistema FIRJAN.

Para a análise da questão ambiental no referido município, foram utilizados os dados disponíveis no IBGE cidades e DATASUS. O exame da evolução das finanças públicas municipais tomou como referência as informações estatísticas divulgadas pelo Portal Sagres do Tribunal de Contas da Paraíba, os indicadores da plataforma ComparaBrasil e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Como a pesquisa envolveu uma ampla variedade de indicadores, destaque-se que os recortes temporais são diferenciados ao longo do capítulo dos resultados. Como a intenção era contemplar a maior parte dos aspectos demográficos, socioeconômicos, ambientais e fiscais do município de Bayeux nos anos mais recentes, nos deparamos com a limitação de que alguns indicadores oficiais são apresentados nos Censos Demográficos, que são publicados a cada dez anos e o mais recente é de 2010.

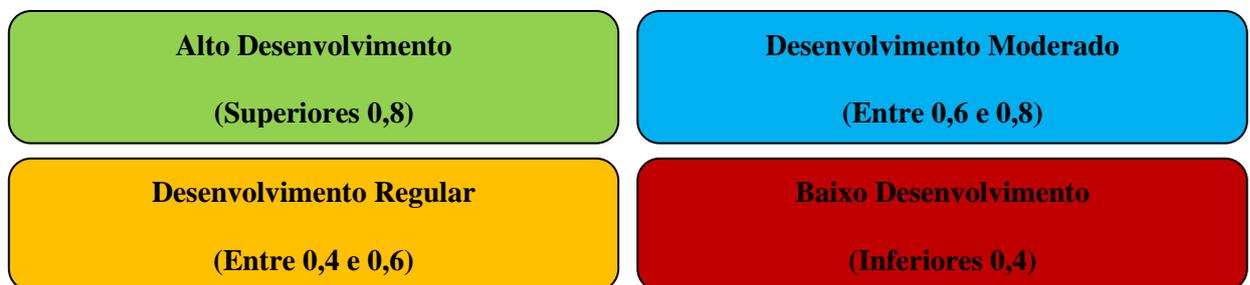
Para os indicadores educacionais, da área de saúde, ambiental e da gestão fiscal do município foi possível fazer o levantamento e análise de dados mais atualizados. Ressalte-se que os conteúdos teóricos que balizaram a pesquisa foi feito por meio do levantamento de fontes bibliográficas, artigos, revistas, monografias, dissertações, teses, relatórios, ou seja, da contribuição de outros trabalhos independentes cuja colaboração será fundamental para o tema pesquisado.

3.1 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM

O Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi criado em 2008 cujo papel é de acompanhar as conquistas e os desafios para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico brasileiro a partir do ponto de vista das competências municipais no que diz respeito ao monitoramento das três áreas de atuação: Emprego e Renda, Saúde e Educação com base exclusivamente em estatísticas públicas oficiais, disponíveis pelo Ministério do Trabalho, Saúde e Educação.

Sua leitura pode ser determinada de acordo com a variação do seu índice, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade, e quanto mais próximo de 0, o município apresenta um baixo desenvolvimento. Além do mais, a sua metodologia permite avaliar se houve uma melhoria em determinado município por intermédio de políticas específicas adotadas ou se o resultado alcançado foi consequência do recuo dos demais municípios, como é apresentado na ilustração logo abaixo.

Figura 3: Classificação do IFDM



Fonte: Elaboração própria a partir das informações disponíveis no IFDM

3.1.1 IFDM Emprego e Renda

Para monitorar o mercado formal de trabalho nos municípios brasileiros, o sistema Firjan criou o IFDM emprego e renda. Esse índice procura captar o crescimento real do emprego, a formalização do mercado de trabalho, a massa salarial, a variação do nível de renda e o índice de Gini. Os dados para elaboração do índice são oriundos do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), bem como estimativas oficiais para população do IBGE.

3.1.2 IFDM Educação

Os dados obtidos para a análise do IFDM-Educação são disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, cujo papel é de formular políticas educacionais nos diferentes níveis do governo com o propósito de prestar assistência para o desenvolvimento socioeconômico do país.

De acordo com a metodologia adotada IFDM-Educação, o índice foi criado com principal objetivo de captar a oferta de educação infantil no que diz respeito à qualidade do ensino básico prestado tanto para as escolas públicas e privadas cujo índice é formado por seis indicadores classificados como: atendimento a educação infantil que se baseia no número de matrículas em creches e pré-escola cadastradas no Censo Escolar/Inep; número de crianças com até 5 anos de idade, de acordo com a projeção populacional anual e a dimensão populacional por faixa etária de cada município conforme o censo de 2010.

No caso do abandono do ensino fundamental, o índice busca investigar a quantidade de alunos que deixam de frequentar a escola durante todo o período. A distorção idade-série no ensino fundamental é outro importante indicador que é captado pelo IFDM educação e analisa a proporção de alunos com idade escolar atrasada, ou seja, com dois ou mais anos cujo ingresso no ensino fundamental inicia-se a partir dos 6 anos de idade com perspectiva que se termine o ensino fundamental com 14 anos. Também faz parte da composição do IFDM educação a quantidade de docentes com ensino superior.

Por último, também é aferido o resultado da nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o ensino fundamental, que foi criado pelo MEC com o propósito de avaliar a qualidade da educação por intermédio das informações dos exames aplicados pela Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e de sua taxa de aprovação do Censo Escolar.

3.1.3 IFDM Saúde

De acordo com a metodologia adotada pelo Sistema Firjan, o Índice Firjan o IFDM-Saúde é formado por quatro vertentes cujo foco é voltado para atenção à saúde básica onde o levantamento e divulgação desses indicadores é de responsabilidade da esfera municipal. Um desses indicadores é a proporção de atendimento adequado ao pré-natal onde de acordo com o Ministério da Saúde as gestantes devem ser consultadas com no mínimo de seis consultas pré-natais sendo que o percentual de gestantes que obtiverem valores superiores a seis consultas permitirá observar o grau de abrangência desse atendimento nos serviços de saúde do município no que diz respeito à qualidade da assistência como também as condições de acesso.

Outro importante indicador é número de óbitos por causas mal definidas, dentre os quais os dados estatísticos sobre a mortalidade são um importante indicador para que a saúde saiba atender e solucionar os diversos problemas em relação a esse fator, no entanto, essa informação passa a ser comprometida quando parte dos dados apresentam causas mal definidas.

Já em relação número de óbitos infantis por causas evitáveis busca investigar a performance ou resultado do sistema de saúde no que tange a qualidade prestada ao serviço prestado permitindo análise temporal e comparação em diferentes áreas.

E por fim as Internações Sensíveis a Atenção Básica (ISAB) cujo indicador tem com função expor as condições em que as internações hospitalares poderiam ser evitadas se o serviço de atenção básica fosse acessível e eficaz.

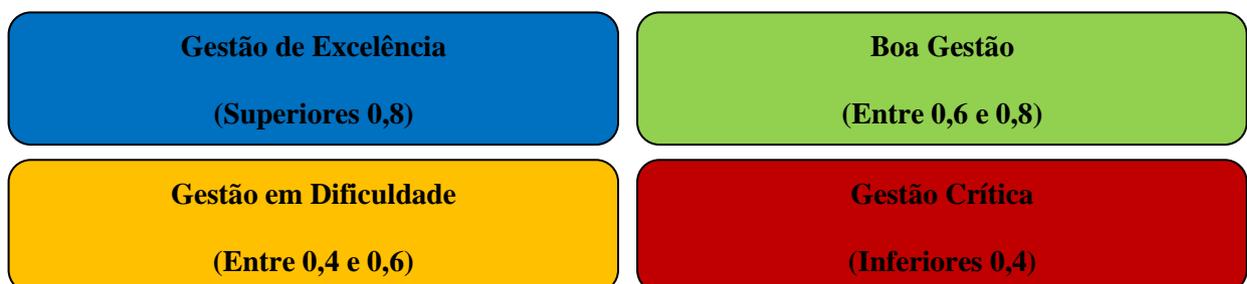
3.2 Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF

Criado em 2012, o Índice Firjan de Gestão Fiscal tem com função trazer uma maior transparência no que diz respeito às contas públicas dos próprios municípios, ou seja, de como os tributos pagos pelos próprios cidadãos estão sendo administrados pelas próprias prefeituras a partir do monitoramento de cinco indicadores que compõem o índice Firjan compreendido em Receita própria, Gasto com o Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida, construídos a partir dos resultados fiscais declarados pelas próprias prefeituras e das informações disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por intermédio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

Os indicadores estão conforme a todos os parâmetros no que retrata a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dentre os quais os quatros primeiros indicadores possuem peso de 22,5% do valor agregado na formação do IFGF enquanto o Custo da Dívida representa cerca de 10% sendo reflexo que grande parte dos municípios serem incapazes de contrair a dívida seja por elas estarem sujeitas as diversas restrições ou por não apresentarem confiança no mercado de crédito.

A sua leitura pode ser determinada de acordo com a variação de seu índice, onde quanto mais próximo de 1 melhor será a gestão fiscal para aquele município no referido ano de observação, caso contrário quanto mais próximo de 0 representará uma gestão fiscal crítica como é ilustrado logo abaixo.

Figura 4: Classificação do IFGF



Fonte: Elaboração própria a partir das informações disponíveis no IFGF

3.2.1 IFGF Receita Própria

O indicador tem como objetivo analisar o grau de autonomia dos municípios serem capazes de gerar receitas próprias equivalentes a metade de sua receita corrente líquida. Ser capaz de gerar um elevado nível de receita própria é um dos propósitos que cada prefeitura deseja alcançar a fim de alocar projetos no longo prazo sem se preocupar com os futuros cortes orçamentários principalmente na área do investimento público. No entanto para aqueles municípios que não geram receitas próprias, ou seja, são praticamente dependentes de transferências constitucionais e voluntárias de outros entes, acabam recebendo nota 0 do índice, enquanto aqueles municípios que geram 50% ou mais da sua receita corrente líquida acabam recebendo uma pontuação 1 no IFGF Receita-Própria, ou seja, o município é menos dependente das transferências intergovernamentais.

3.2.2 IFGF Gasto com o Pessoal

Considerado o principal elemento da despesa do setor público, a despesa com o pessoal nos municípios representa, em média, de cerca da metade da receita corrente líquida, refletindo cada vez mais no comprometimento das receitas geradas nas esferas subnacionais.

A fim de evitar uma redução no orçamento e promover uma maior alocação em outras despesas, foi criado em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) cujo papel foi promover limites como o gasto com o pessoal em torno de até 60% da receita corrente líquida, além de limitar a criação de novos cargos, empregos e funções nas respectivas áreas do setor público.

O IFGF gasto com pessoal visa verificar o comprometimento das receitas com as despesas com o pessoal onde a metodologia do índice informa que os municípios que excederem tal limite proposto pela LRF terá uma pontuação em torno de 0 enquanto aqueles que obtiverem um percentual menor de que 30% alcançarão nota máxima do IFGF-Gasto com o pessoal.

3.2.3 IFGF Investimentos

O investimento é uma das formas primordiais para que uma economia passe a crescer de forma economicamente sustentada a partir das diversas atividades econômicas locais que

promovem o aumento da produtividade do trabalhador e conseqüentemente geram bem estar social para a população. É a partir disso que o indicador tem o papel de medir a parcela dos investimentos no que se tange os orçamentos municipais, ou seja, acompanhar o resultado do total investido em relação a receita corrente líquida.

A metodologia para formação do índice pode ser determinada de acordo com a capacidade em que os municípios têm praticado os seus investimentos ao longo de sua trajetória, dentre os quais os municípios que obtiverem investimentos superiores a 20% da sua receita corrente líquida, receberão nota máxima, ou seja, em torno de 1 onde apontará que naquele município a prefeitura anda realizando um maior investimento público nos diversos setores econômicos.

3.2.4 IFGF Liquidez

As despesas financeiras exercidas na gestão anterior acabam sendo transferidas para o exercício seguinte da administração pública, denominada de resto a pagar dentre os quais o adiamento dessas despesas promove nada menos que ao longo dos tempos um problema de liquidez para as prefeituras. Visando conter tal atitude praticada pelas prefeituras a LRF determinou que no último mandato os gestores municipais possuíssem em seus cofres públicos recursos suficientes para honrar as despesas acumuladas e adiadas para o ano seguinte.

Dessa forma o indicador irá analisar a relação entre os níveis de postergações das despesas e das reservas de recursos financeiros em caixa pelo tamanho do orçamento da prefeitura, caso os municípios obterem maior volume de restos a pagar frente aos recursos em caixa no determinado ano em questão, sua pontuação será considerada 0 caso contrário, se o município estiver minimizando as postergações dos pagamentos do exercício seguinte sem a adequada cobertura obterá pontuação 1.

3.2.5 IFGF Custo da Dívida

De acordo com o sistema FIRJAN (2017) mais de 90% dos municípios possuem gastos com os juros e amortizações da dívida, isso se deve pelo fato do elevado custeio com a dívida acumulada com prazos reduzidos para pagamento, conseqüentemente relacionados às

despesas com o resto a pagar. Desde que a LRF proibiu que a União renegociasse a dívida dos municípios com as instituições privadas, proporcionou um acesso limitado à contratação de novas dívidas. Em um espaço com recursos limitados permitiu uma queda na execução dos investimentos na promoção de serviços públicos nos diversos âmbitos econômicos.

A metodologia adotada pelo índice FIRJAN irá analisar os pesos dos encargos das dívidas em relação às receitas líquidas reais, conforme ao limite estabelecido pela medida provisória nº 2.185-35 de 2001, onde o cálculo leva em consideração o limite de 13% da receita líquida real. Quanto mais próximo de 1 menor será o compromisso que as prefeituras irão arcar com os juros e a amortizações das dívidas contraídas nos anos anteriores.

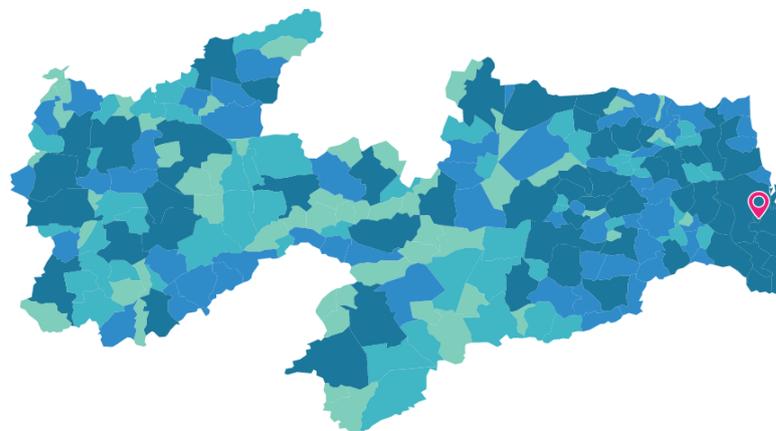
4 AS DIMENSÕES DOS ODS NO MUNICÍPIO DE BAYEUX

4.1 Perfil demográfico do município

A colonização do município de Bayeux, denominada no século XVII de Vila de Barreiras, foi influenciada pelas proximidades das cidades de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atualmente intitulada como João Pessoa, e logo mais tarde por Santa Rita. O povoamento da região se deu a partir do processo de exploração dos colonizadores que motivou os comerciantes e criadores de animais a deixarem a Capital para se fixarem nessa área do estado da Paraíba.

Pertencente ao município de Santa Rita, a sua nomeação como distrito se originou a partir da criação da lei municipal nº 48, de 10 de dezembro de 1948 onde era intitulado ainda como Barreiras que logo após alguns anos adquiriu a posição de município pela lei nº 2.148, de 28 de junho de 1959, desvinculando assim de Santa Rita. (IBGE Cidades).

Figura 5- Localização Geográfica do Município de Bayeux



Fonte: IBGE Cidades

Localizado na Posição Geográfica Oriental do território paraibano, Bayeux possui uma área de 25,88 km² e pertence à Microrregião de João Pessoa, que é composta pelos municípios de Santa Rita, Cabedelo, João Pessoa, Lucena, Bayeux e Conde. Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, o município de Bayeux tinha uma população de cerca de 99.716 habitantes. O município está próximo da costa litorânea e também faz parte da Mesorregião da Mata Paraibana.

Na sua área territorial, o município possui uma zona rural bastante reduzida. O referido município apresenta uma importante área formada por um ecossistema de manguezal que tem grande relevância para a preservação da fauna e flora local, embora ainda que ameaçadas pela intrusão humana. Bayeux está posicionado numa área da bacia hidrográfica do rio Paraíba tendo como principais afluentes os rios Marés, Manhaú, Paroeiras e o riacho do meio sendo todos permanentes.

Suas manifestações culturais são representadas pelo padroeiro da cidade São Sebastião, dos Festejos Juninos, do dia da Nossa Senhora da Conceição, do Festival do Caranguejo, Carreata de fusca e artesanatos. O caranguejo é principal fonte de produção para alguns habitantes locais, no entanto a poluição dos manguezais acarretou a escassez de oferta desse crustáceo nos últimos anos, prejudicando assim a culinária e as tradições locais.

Quadro 1: Município de Bayeux: População Residente nos anos de 1991, 2000 e 2010

Ano	População Residente
1991	77.491
2000	87.561
2010	99.716

Fonte: Datasus

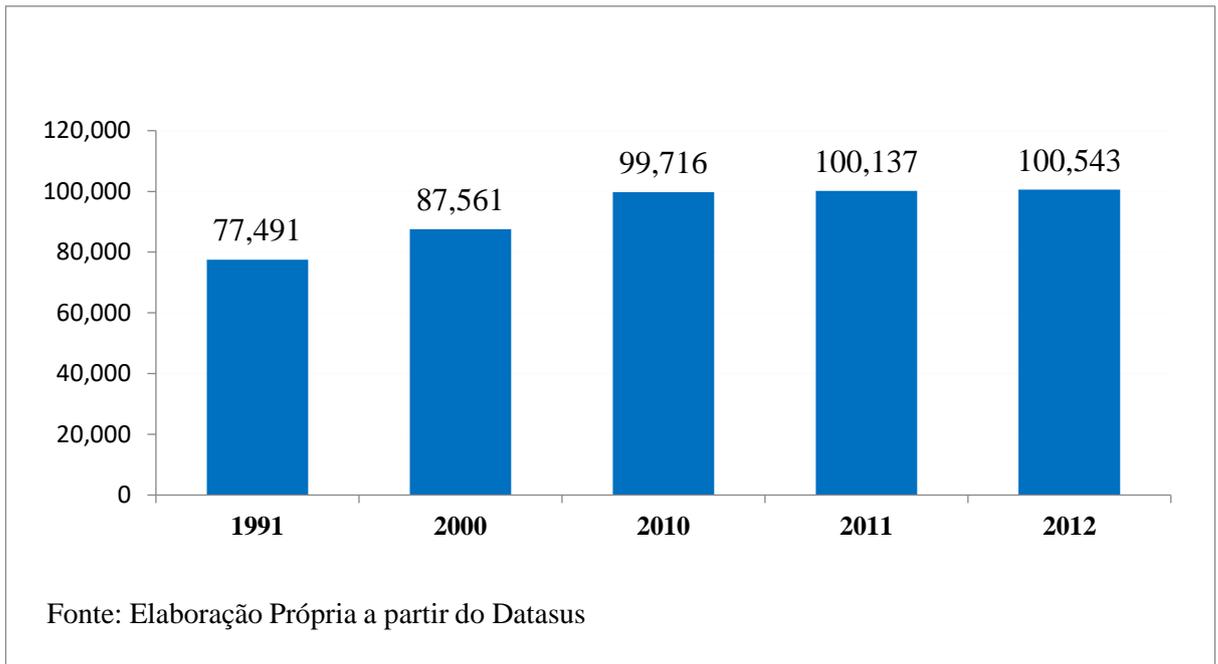
Bayeux é formado por um distrito sede composto por 15 bairros denominados por Tambay, Sesi, Jardim Aeroporto, Alto da Boa Vista, Baralho, Brasília, Centro, Comercial Norte, Imaculada, Manguinhos, Jardim São Severino, Jardim São Vicente, Mario Andrezza, Rio do Meio, São Bento.

Figura 6: Barragem e reservatório de Marés



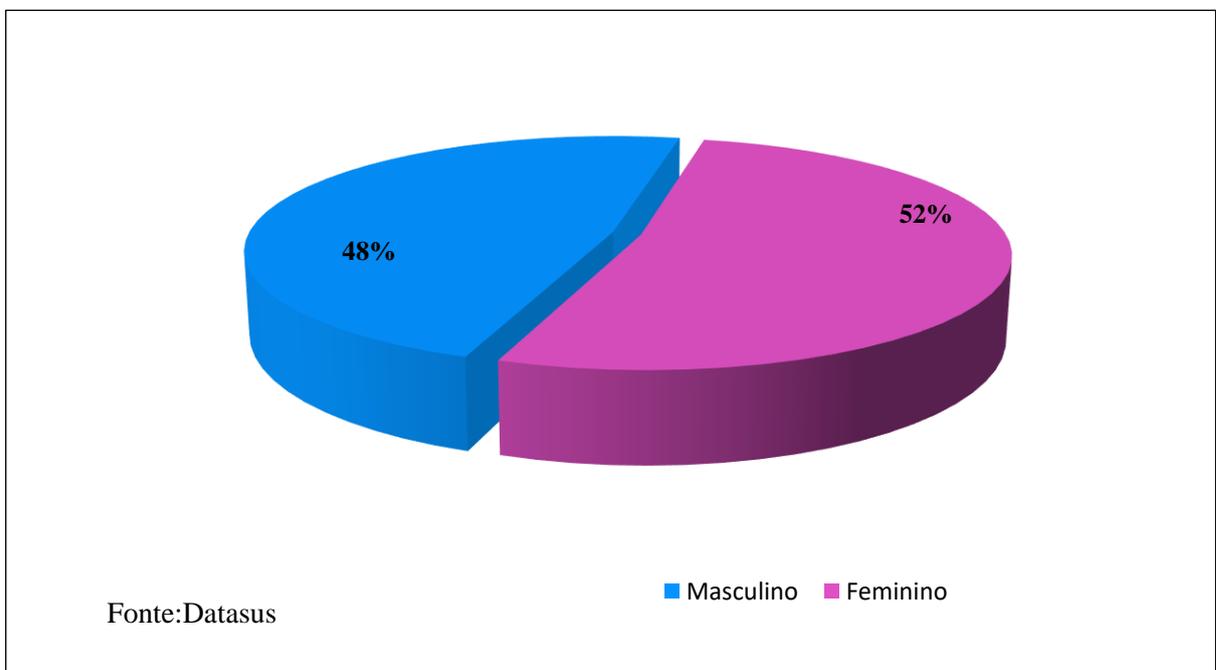
Fonte: Ferreira (2015)

Gráfico 1- Bayeux População Residente 1991, 2000, 2010, 2011, 2012



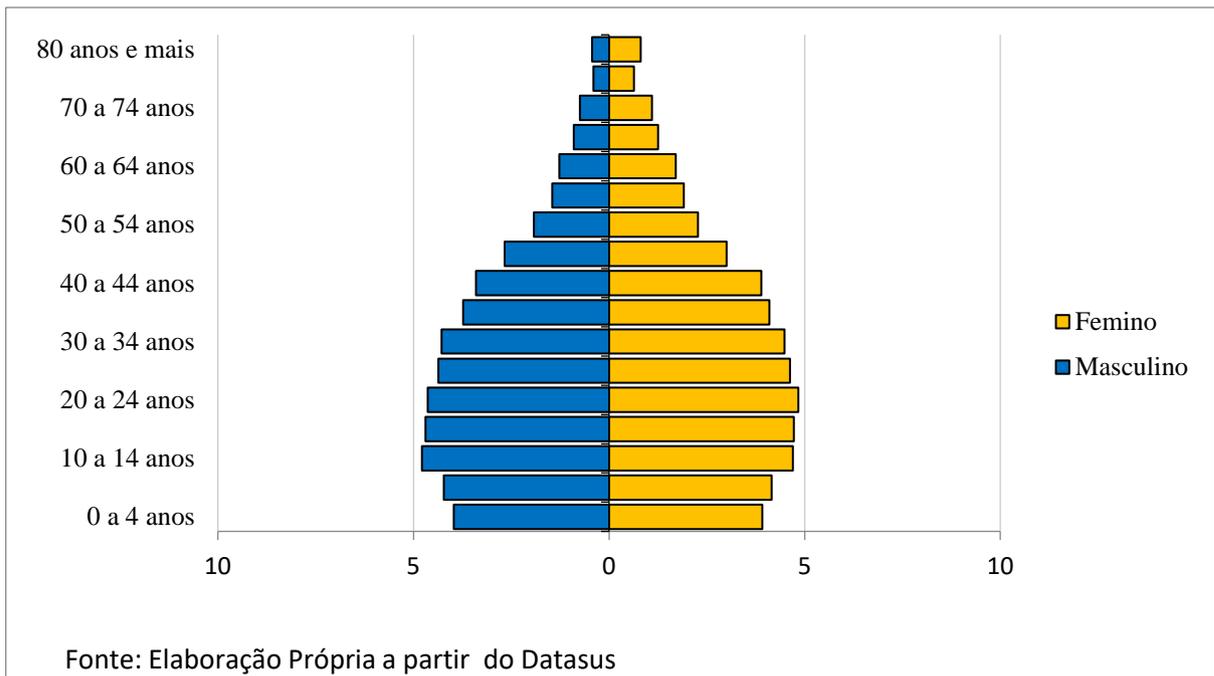
Entre os anos de 1991 a 2000 a população de Bayeux apresentou uma taxa média de crescimento anual em torno dos 1,23%, já em relação ao período de 2000 a 2010 essa taxa representou variou em média 1,30%. De acordo com os dados do último Censo de 2010, o total da população residente no município representava em torno dos 99.716 habitantes, dentre os quais 98.793 (99,07%) pertencem à área urbana e 923 (0,92%) à área rural. Em relação a distribuição por sexo no município, o IBGE contabilizou cerca de 47.736 homens, enquanto as mulheres representavam em torno dos 51.980.

Gráfico 2 – Município de Bayeux: população residente por sexo em 2010



A pirâmide etária de um município é instrumento essencial no que diz respeito à idade média da população e à longevidade. Seu conhecimento permite a formulação de políticas públicas que alcancem grupos etários específicos.

Gráfico 3- Município de Bayeux: pirâmide etária em 2010



Pode-se observar, no gráfico 3, que o perfil demográfico de Bayeux é constituído de uma população mais adulta. A participação de crianças entre 0 e 10 anos é relativamente menor.

4.2 Pobreza, Desigualdade e Renda

No país, cerca de 54,8 milhões de famílias viviam com menos de R\$ 406 por mês (US\$ 5,5 por dia) no ano de 2017. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais divulgadas pelo IBGE em 2018. A população em situação de pobreza evoluiu de 25,7% em 2016 para 26,5% em 2017. No Nordeste, estava concentrado o maior percentual de famílias pobres, o que correspondia a 25,5 milhões de pessoas nessa situação.

A renda per capita média do município de Bayeux evoluiu em torno de 134,7% entre os anos de 1991 e 2010, conforme o Censo Demográfico do IBGE. Em relação à proporção de

peessoas pobres que viviam com uma renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, notou-se que houve uma melhora para o referido município. Em 1991, 60,1% da população local estava nessa situação social, enquanto em 2010, era apenas 20,3%.

No que se reporta ao Índice de Gini, verificou-se que a desigualdade de renda entre os anos citados não apresentou expressiva mudança, gravitando em torno de 0,45. O índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado país ou localidade. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

Tabela 1- Município de Bayeux: renda, pobreza e desigualdade nos anos de 1991, 2000 e 2010

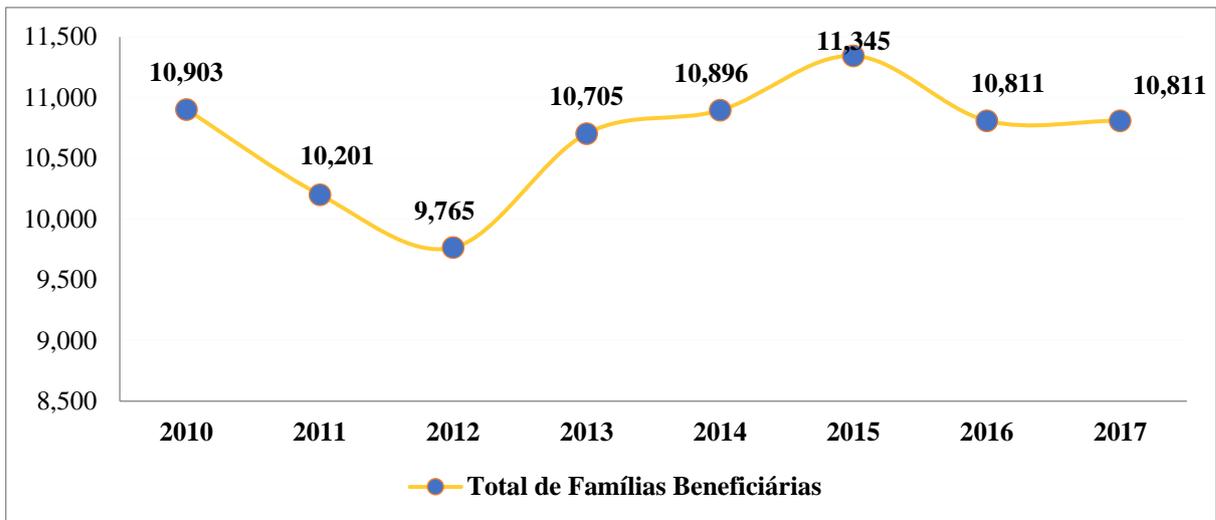
	1991	2000	2010
Renda Per capita	160,46	233,25	376,74
% de extremamente pobres	25,88	13,22	6,86
% de pobres	60,12	41,22	20,28
Índice de Gini	0,45	0,45	0,46

Fonte: Elaboração Própria a partir das informações do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

Os Programas de Transferência de Renda com condicionalidade aparecem no Brasil nos anos 1990 no escopo das políticas sociais do governo FHC (1995/2002) e eram focados para o enfrentamento da pobreza. O Programa de Transferência de Renda - Bolsa Escola e o programa Comunidade Solidária são exemplos da safra de políticas públicas federais que, nesse período histórico, deram suporte para as intervenções governamentais direcionadas para as camadas mais frágeis da sociedade. O Programa Bolsa Família, criado no governo Lula (2003/2010), constituiu a unificação de alguns programas de transferência de renda herdados da gestão de FHC e intencionava retirar da exclusão social milhares de famílias.

Ao se analisar os reflexos desse programa federal no município de Bayeux, se percebe que, entre os anos de 2010 a 2012, houve um declínio no número de famílias que dependiam do programa de transferência de renda Bolsa Família. Em termos percentuais, houve uma queda de 10,4% na quantidade de famílias atendidas pelo referido programa.

Gráfico 4 – Município de Bayeux: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família entre os anos de 2010 a 2017



Fonte: Elaboração Própria a partir das informações do DataSebrae

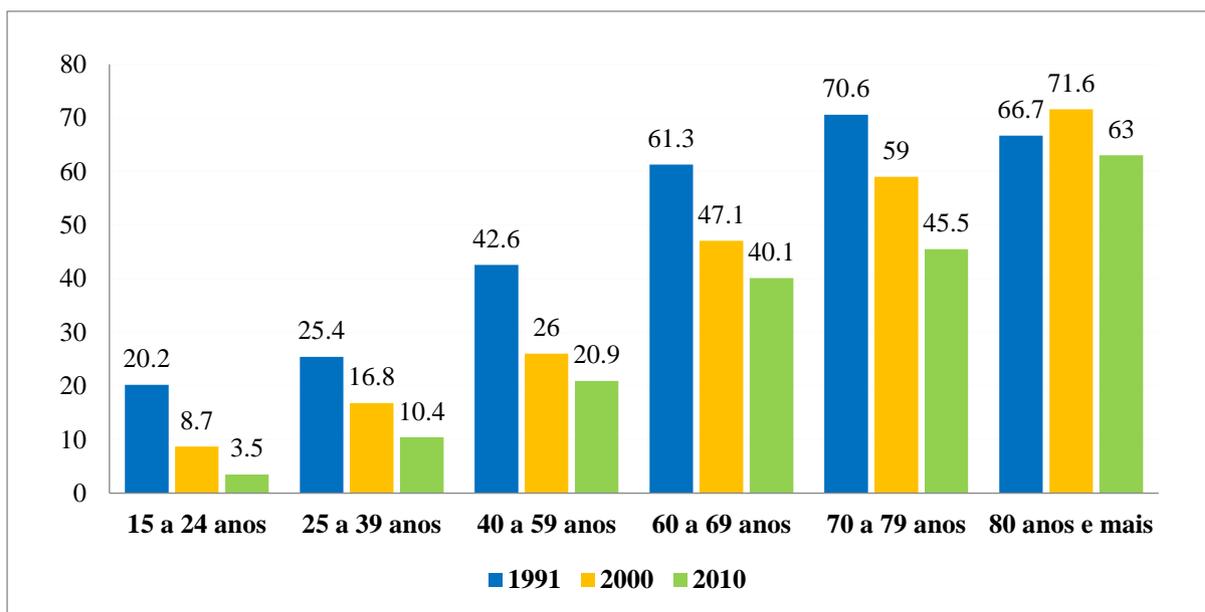
Entre os anos de 2012 a 2015, nota-se que houve um expressivo aumento na quantidade de famílias assistidas pelo mencionado programa. Cerca de 1.580 famílias foram incluídas no seu público alvo ao longo dos referidos anos. Pode-se aludir que, nessa fase temporal, a vulnerabilidade social da população menos favorecida no município tenha se ampliado, levando muitas famílias para a condição de pobreza. Observa-se que, no início da crise da economia brasileira, em 2015, a quantidade de famílias inseridas no Programa começa a declinar. É possível que esse fenômeno esteja associado à política de contingenciamento de gastos sociais do governo federal.

4.3 Dimensão educacional

De acordo com o Datasus, o número de pessoas analfabetas apresentou declínio no últimos censos realizados no município de Bayeux. Em 1991, a população na faixa etária de 15 anos ou mais que não sabia ler e nem escrever era de 15.357 pessoas. No mencionado ano, o analfabetismo atingia mais as pessoas idosas. 70,6% das pessoas na faixa de idade entre 70 a 79 anos eram analfabetas. Com o passar do tempo, essa proporção se reduziu e representava 45% em 2010. Todas as faixas etárias exibiram declínio na taxa de analfabetismo entre 1991

e 2010, o que se pode aludir que decorreu dos impactos positivos das políticas públicas educacionais implementadas no município.

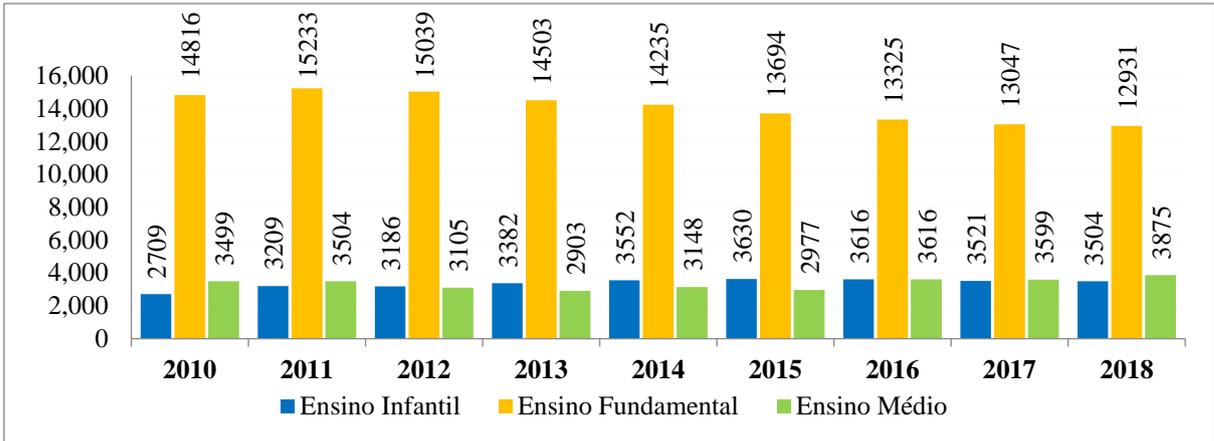
Gráfico 5 – Município de Bayeux: taxa de analfabetismo por ano e faixa etária nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos pelo Datasus

Em relação ao número total de matrículas para a educação básica, o município apresentou certa evolução nos últimos anos. Para o ensino infantil (Creche e Pré-escola) a quantidade de matrículas saltou de 2.709, em 2010, para 3.504 em 2018. Já para o ensino fundamental, a trajetória foi inversa. Em 2010, havia 14.816 crianças matriculadas nas escolas municipais de ensino fundamental, enquanto em 2018 só foram registradas 12.931 matrículas. No ensino médio, os números foram mais animadores. Em 2010, havia 3.499 matriculados nas escolas localizadas no município e, em 2018, a quantidade de alunos matriculados tinha se elevado para um total de 3.875.

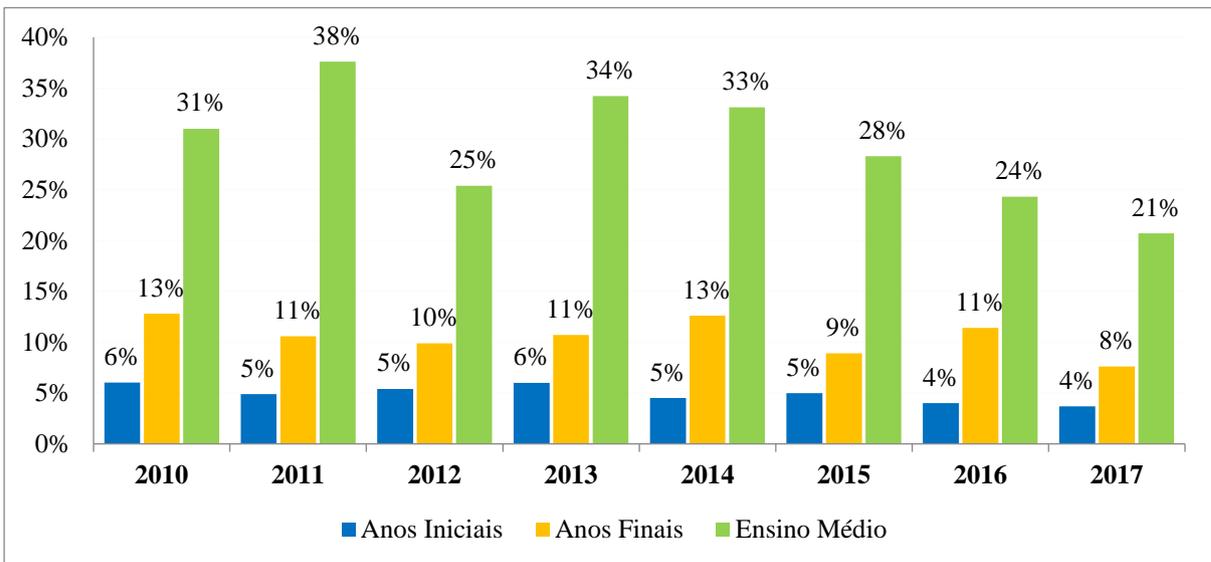
Gráfico 6 – Município de Bayeux: total de matrículas do ensino básico nos anos de 2010 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos pelo IBGE Cidades

Um ponto que chama bastante atenção é a evolução da taxa de evasão escolar nas escolas sediadas no município nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Gráfico 7 – Município de Bayeux: evasão escolar nos anos de 2010 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos QEdU

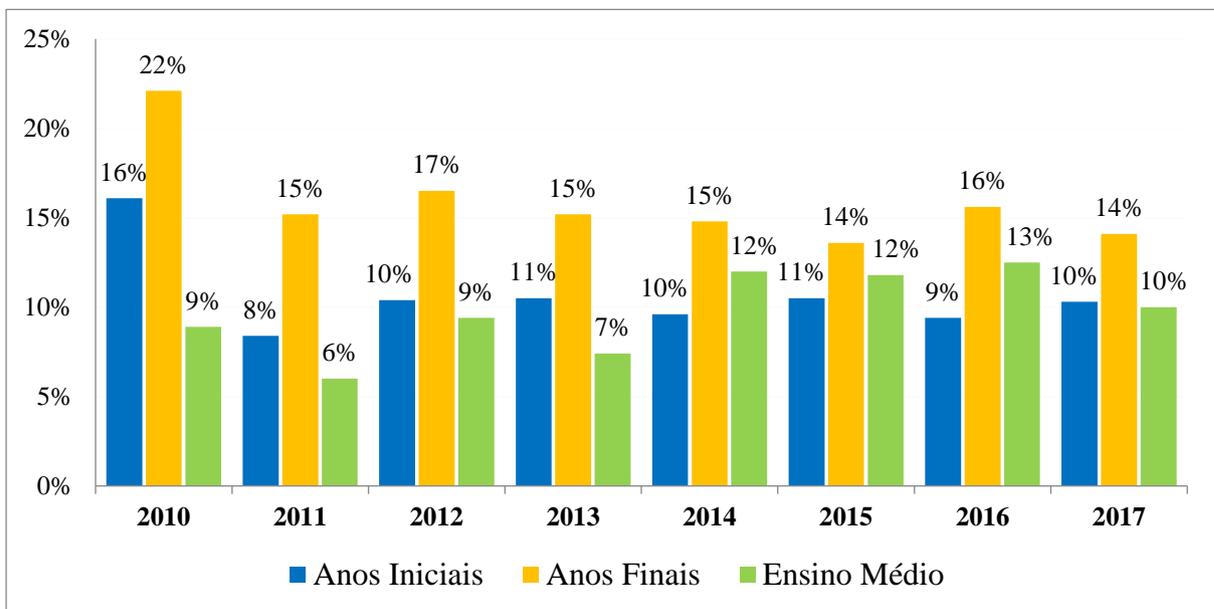
Entre os anos de 2010 a 2017, constata-se que as menores taxas de evasão ocorreram nos anos iniciais do ensino fundamental. A taxa de evasão nos anos finais de ensino gravitou, no período analisado, em torno de 11%. Por outro lado, no ensino médio foi encontrada a

maior incidência de evasão dos estudantes, em torno de 29%. Em 2011, cerca de 38% dos alunos matriculados no ensino médio desistiram de frequentar as aulas.

No que diz respeito ao número de reprovações para os anos iniciais do ensino fundamental, os indicadores revelaram que 1.018 alunos (16%) não apresentaram os requisitos de frequência e aproveitamento escolar em 2010. Para os anos finais do ensino fundamental, 1.122 alunos foram reprovados (22%) e no ensino médio a reprovação foi de 9%.

No Ano de 2017, houve queda nas taxas de reprovação para os iniciais e finais do ensino fundamental comparativamente ao início da década Para o ensino médio, houve um aumento na taxa de reprovação.

Gráfico 8 – Município de Bayeux: reprovação escolar nos anos de 2010 a 2017

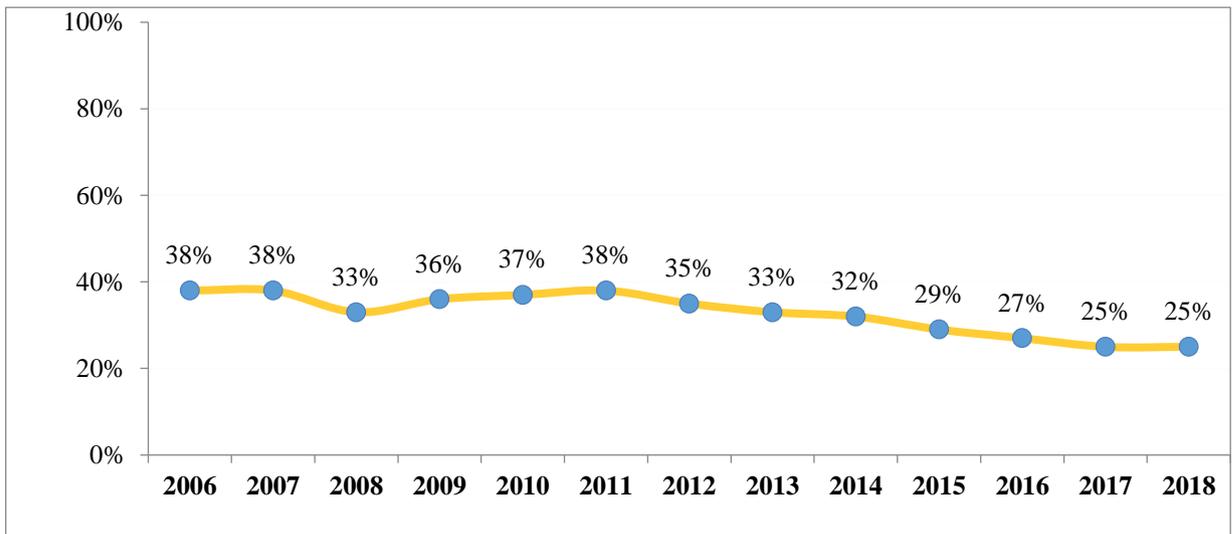


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos QEDu

A proporção de alunos com atraso escolar de 2 anos ou mais se deve principalmente a reprovação do aluno ou ao abandono dos estudos. Esse atraso traz defasagem no que diz respeito à idade considerada ideal para cada ano durante a trajetória escolar do alunado. Diversas são as razões que levam um aluno a apresentar atraso escolar entre as respectivas séries, sejam elas pelas dificuldades encontradas pelas famílias no que diz respeito às

condições materiais, pela falta de transportes e muitas vezes pela falta de interesse das próprias crianças ou jovens.

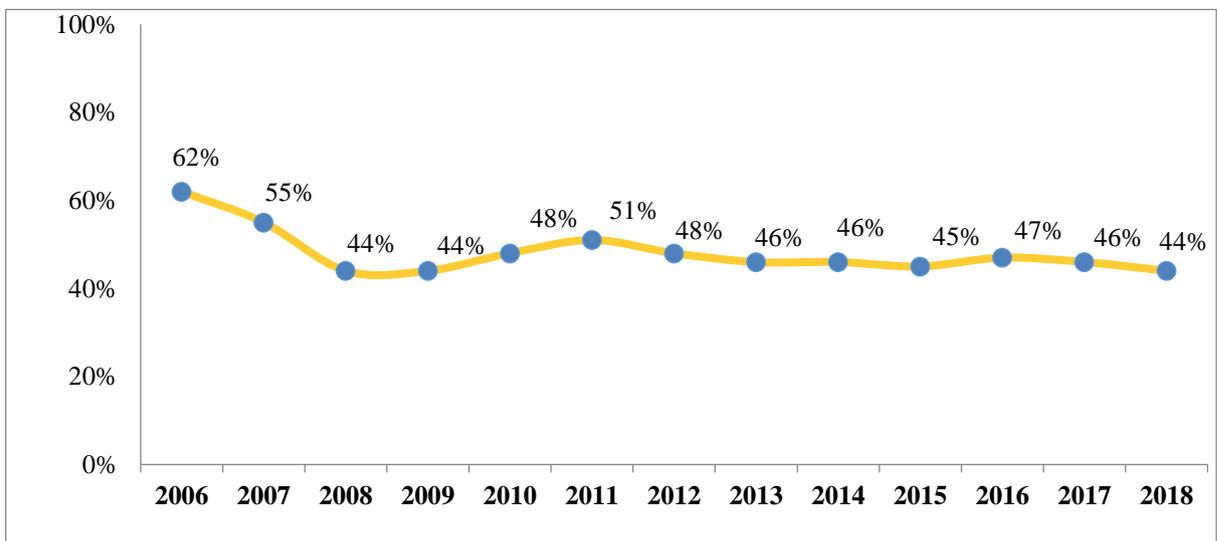
Gráfico 9 – Município de Bayeux: distorção idade série anos iniciais (1º ao 5º ano) nos períodos de 2006 a 2018



Fonte Elaboração Própria a partir dos dados obtidos do QEdU

Como se pode observar no gráfico 9, a proporção de alunos com atraso escolar de 2 anos ou mais para todo o ensino básico nas escolas públicas do município de Bayeux nos anos iniciais (1º ao 5º ano) girava em torno de 38% nos anos de 2006 e 2007 e declina para 33% em 2008. Observa-se, que, a partir de 2011, houve uma pequena melhora e a distorção idade/série se reduziu para 25% do total de alunos em 2018.

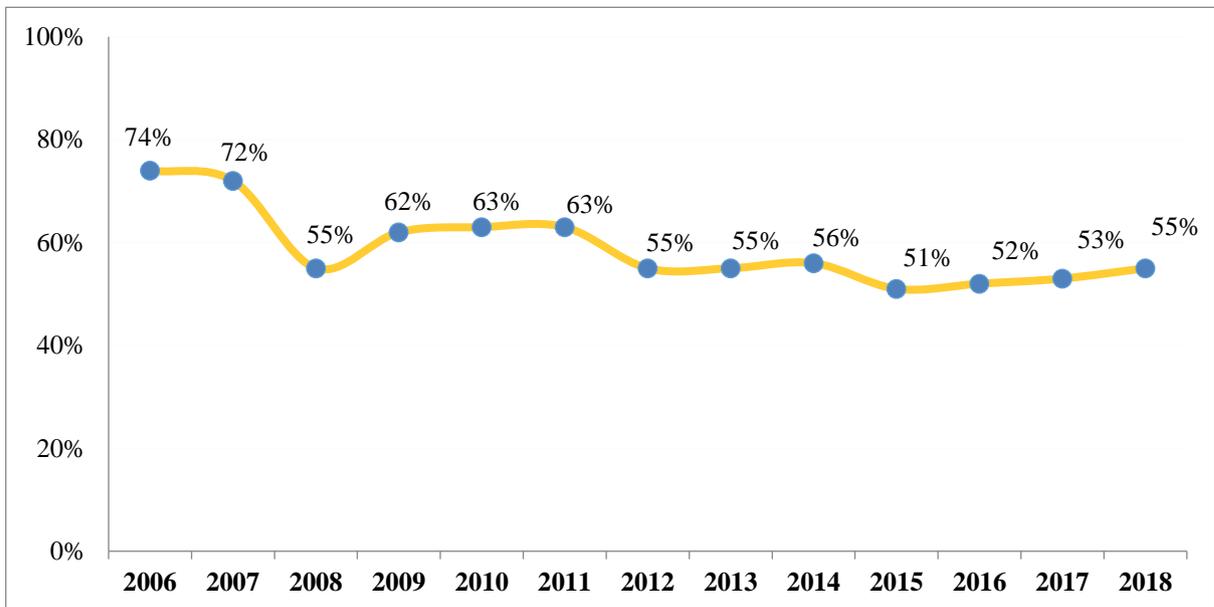
Gráfico 10 – Município de Bayeux: distorção idade série anos finais (6º ao 9º ano) nos períodos de 2006 a 2018



Fonte Elaboração Própria a partir dos dados obtidos do QEdU

No que se refere ao ensino médio, constatam-se as maiores taxas de distorção idade/série no município. Observe-se que, em 2006, nada menos que 74% dos alunos matriculados nesse nível de ensino estavam em anos de estudos incompatíveis com a idade cronológica. Ao longo do período histórico analisado, houve uma redução nessa taxa, mas a proporção de jovens que apresentam distorção idade/série ainda é alta, cerca de 55% em 2018.

Gráfico 11 – Município de Bayeux: distorção idade/série ensino médio (1º ao 3º ano) nos períodos de 2006 a 2018



Fonte Elaboração Própria a partir dos dados obtidos do QEDu

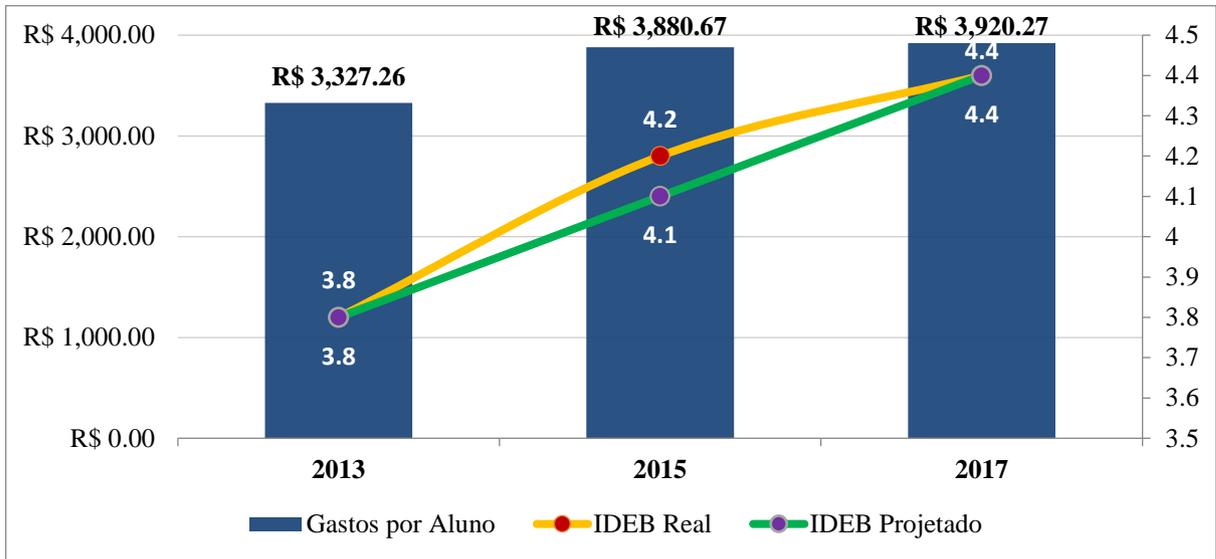
Ao analisar a evolução do Ideb e a gasto anual por aluno da prefeitura de Bayeux nos anos iniciais do ensino fundamental, observa-se que o gasto foi crescente nos últimos anos saltando de R\$ 3.327,26, em 2013, para R\$ 3.920,27 em 2017. O Índice de Desenvolvimento Educação Básica (IDEB), tem o papel de avaliar a qualidade do aprendizado no município e estabelecer metas para a melhoria do ensino a partir da coleta de informações do Censo Escolar, do Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil. Com relação aos anos iniciais do ensino fundamental, verifica-se que as metas foram alcançadas nos anos de 2013 e 2017.

Cabe frisar que o Ideb é calculado de forma a combinar dois indicadores que mensuram a qualidade da educação: o aprendizado e o fluxo escolar. Portanto, a nota do Ideb relaciona os resultados das avaliações de larga escala aplicadas pelo Inep com os níveis de

aprovação e reprovação das escolas. Nesse sentido, a nota do Ideb indica a necessidade de melhoria por parte das instituições escolares.

Em relação aos anos finais do ensino fundamental, nota-se que o resultado não foi satisfatório. O município de Bayeux não conseguiu atingir as metas estabelecidas para o Ideb nos anos de 2013, 2015 e 2017 e, paradoxalmente, houve elevação dos gastos anuais por aluno no aludido período.

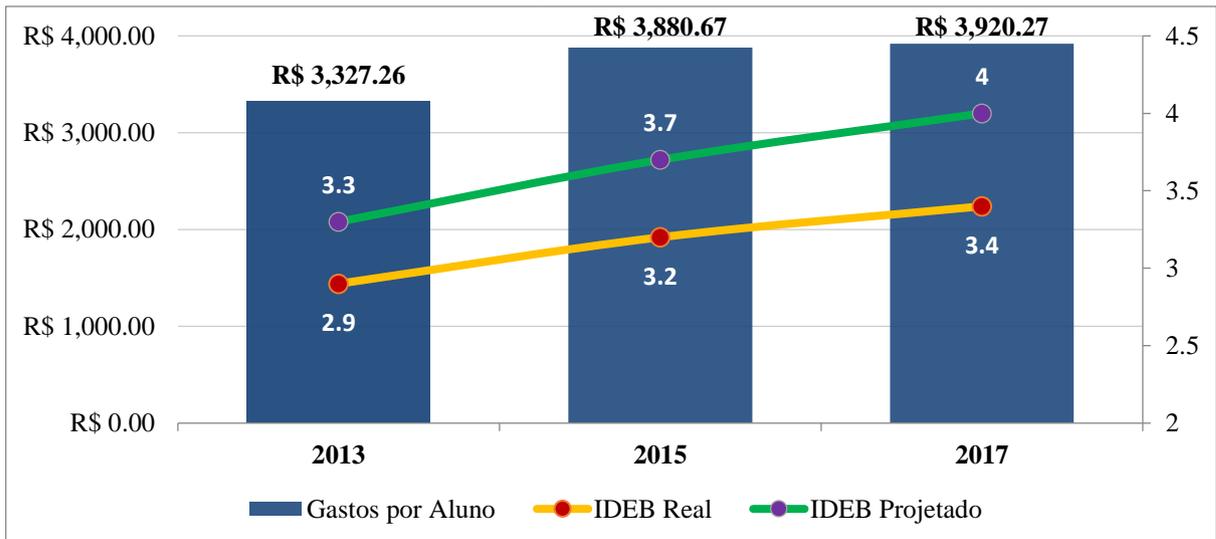
Gráfico 12 – Município de Bayeux: evolução do IDEB x despesas em educação anos iniciais (em R\$) nos períodos de 2013, 2015 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Meu Município

Fica evidente que não houve eficiência dos gastos com a área da educação na referida localidade. A educação, como propõe o ODS 4, deve ser um dos principais investimentos dos governos ao nível nacional e local, pois promove a cidadania, a justiça social, contribui para uma maior produtividade e interfere no nível de bem estar da população.

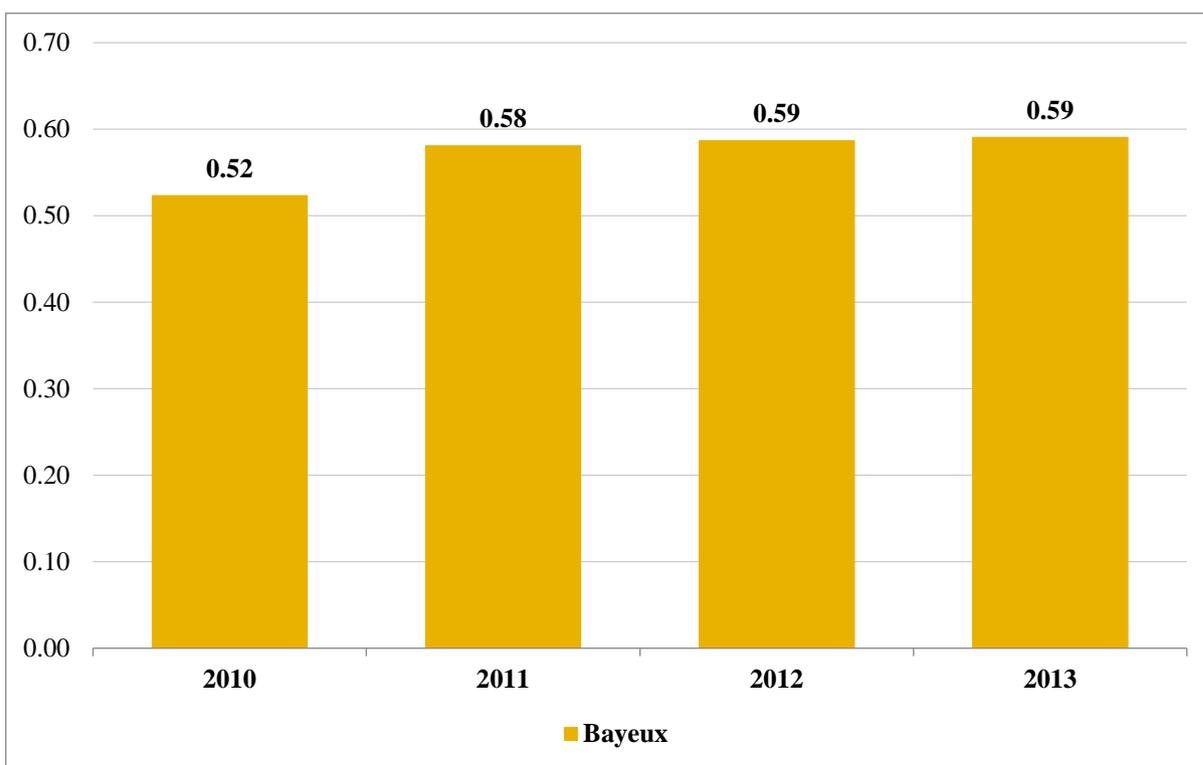
Gráfico 13 – Município de Bayeux: evolução do IDEB x despesas em educação anos finais (em R\$) nos períodos de 2013, 2015 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Meu Município

Ao se examinar a evolução do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na área de educação, observa-se que o município de Bayeux apresentou um desenvolvimento regular durante todo o período que se estende de 2010 a 2013. O mencionado município ocupou a 181ª posição estadual e, a nível nacional, ficou na 4901ª posição.

Gráfico 14 – Município de Bayeux: IFDM Educação entre os anos de 2010 a 2013



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos do sistema Firjan

Na Microrregião de João Pessoa, o município de Bayeux ocupou a penúltima posição, em 2013, ficando somente a frente de Santa Rita que exibiu o menor desenvolvimento na área da educação com um índice em torno de 0,54. O pífio resultado do IFDM educação em Bayeux resulta de um conjunto de aspectos até aqui abordados que revelam os desafios das políticas públicas na área educacional no município para solucionarem a distorção idade/série, a taxa de reprovação, o fraco desempenho dos alunos nos anos finais do ensino fundamental no Ideb e o abandono escolar dos jovens no ensino médio. Para o município promover oportunidades de aprendizagem para a população, principalmente para crianças e jovens, se faz necessário a correção de várias distorções que aparecem quando se examina, de forma mais abrangente, o panorama educacional na referida localidade.

4.4 A dimensão da saúde

A aferição das taxas de natalidade e de mortalidade de uma população é relevante para os estudos demográficos, sociais e econômicos. As causas de morte declaradas nos atestados de óbito de um determinado país ou município podem ser consideradas como estatísticas médicas que indicam os tipos de doenças que mais acometem a população. Esse conhecimento é essencial para a formulação de políticas públicas das secretarias de saúde municipais.

A taxa de natalidade representa o número de nascidos vivos por mil habitantes durante um ano em um determinado espaço ou região, enquanto a taxa de mortalidade representa o número de óbitos ocorridos dentro um período de um ano. No município de Bayeux, observa-se que, desde o último censo, a taxa de natalidade para o município foi de cerca de 15,2% no ano de 2006, isso resulta que aproximadamente nasceram 15 crianças, a cada mil habitantes, no ano citado. Nota-se uma tendência de queda na taxa de natalidade do município entre 2006 e 2012.

Quadro 2: Número de Nascidos Vivos e Taxa Bruta de Natalidade

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de Nascidos Vivos	1450	1335	1450	1383	1387	1415	1309
Taxa Bruta de Natalidade	15,2	13,8	15,1	14,3	13,9	14,1	13

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos do Datasus

Já em relação à taxa de mortalidade do município, podemos observar que, em 2009, ficou em torno dos 5,7 %, o que indica que, no referido ano, aproximadamente 6 pessoas, a cada mil habitantes no período de um ano, vieram à óbito. Em relação à mortalidade infantil no município, as maiores taxas foram constatadas nos anos de 2008 e 2012, em torno dos 19%. No que se reporta aos óbitos infantis, o acompanhamento dessas informações são muito importantes para que os órgãos locais de saúde possam ter uma vigilância epidemiológica sobre mortes que poderiam ser evitadas por meio do sistema de assistência à saúde, quer por meio da prevenção quer por meio de tratamento.

Quadro 3: Taxa de Mortalidade e Mortalidade Infantil

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de Óbitos	491	510	556	596	568	622	644
Número de Óbitos por 1000	5,2	5,3	5,8	6,2	5,7	6,2	6,4
Número de Óbitos Infantis	26	20	28	24	21	25	25
Mortalidade Infantil por 1000 nascidos	17,9	15,0	19,3	17,4	15,1	17,7	19,1

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos do Datasus

A esperança de vida ao nascer, conhecida também como expectativa de vida, é um indicador que verifica a estimativa do número de anos que se espera que uma pessoa possa viver. Na composição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a esperança de vida ao nascer é uma importante referência para a aferição da longevidade. No município de Bayeux, a esperança de vida ao nascer evoluiu em torno de 7,9 pontos percentuais entre 1991 e 2010, partindo de 63,8 anos, em 1991, para 71,7 anos em 2010. Em relação ao número médio de filhos que uma mulher pode alcançar ao longo da vida, ou seja, a sua taxa de fecundidade observa-se que houve uma discreta redução entre aludidos anos.

Quadro 4: Esperança de Vida ao Nascer e Taxa de Fecundidade dos últimos Censos

Anos	1991	2000	2010
Esperança de Vida ao Nascer	63,8	66,9	71,7
Taxa de Fecundidade Total	2,5	2,2	2,2

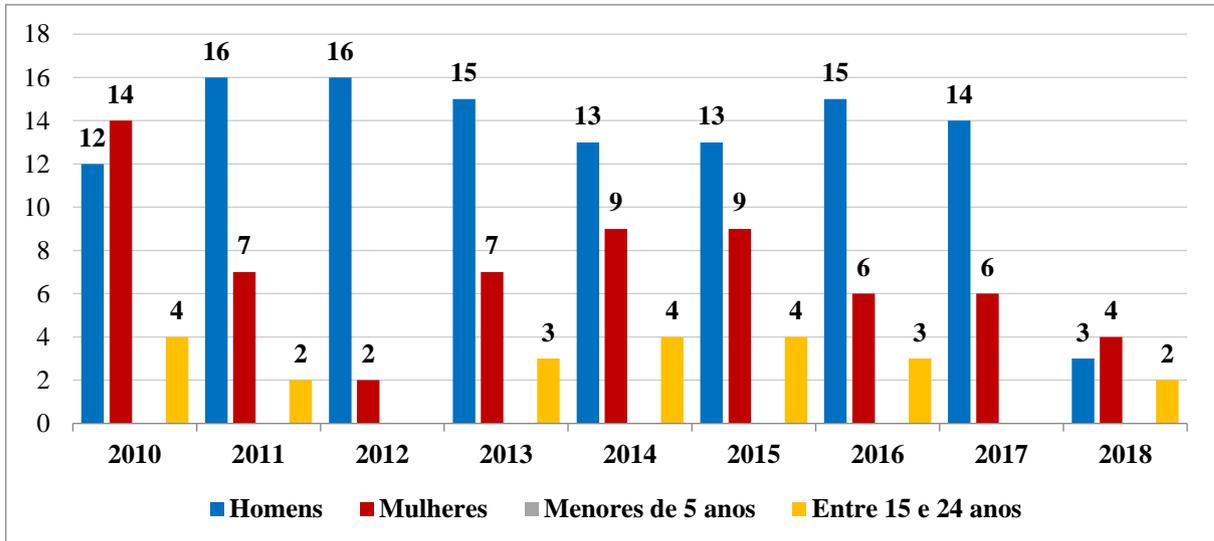
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos da PNUD Atlas Brasil

No município de Bayeux, segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 185 pessoas foram diagnosticadas com AIDS entre os anos de 2010 a 2018, dentre os quais, 24 casos eram entre jovens de 15 e 24 anos. Na perspectiva de gênero, a maior ocorrência incidiu sobre o sexo masculino (117), ou seja, 65% dos casos. Enquanto foram notificados 64 casos entre as mulheres, que correspondia a 35% do total.

A taxa de detecção no município, por cada 100 habitantes, entre os anos de 2010 a 2017 foi de cerca de 22,3 casos onde a maior incidência encontrada foi em 2010 com aproximadamente 26,1 notificações. O número de mulheres gestantes infectadas pelo vírus, entre os anos mencionados, foi de 25 casos. Uma das metas do ODS 4, até 2030, é acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e

combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis. As estatísticas de caso de Aids em Bayeux indicam que, mesmo com o passar dos anos, novos casos da doença foram diagnosticados e principalmente entre homens, o que requer políticas de prevenção e de vigilância epidemiológica mais efetivas por parte das instituições de saúde municipais.

Gráfico 15 – Município de Bayeux: casos de Aids entre os anos de 2010 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis do Ministério da Saúde

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) foi criado com o intuito de auxiliar os gestores no que diz respeito ao conhecimento da realidade da rede de saúde existente em todos os níveis governamentais no país, cujo papel é promover um maior planejamento e transparência para sociedade no que se tange aos serviços de saúde em infraestrutura bem como na capacidade instalada de estabelecimentos de saúde.

De acordo com o CNES, é possível perceber que, entre os anos de 2010 e 2019, houve um aumento de 18,7 % na quantidade de estabelecimentos de saúde em Bayeux. Segundo o tipo de estabelecimento, constata-se que essa elevação percentual se deu, principalmente, pela instalação de novos consultórios e policlínicas. Em dezembro de 2010, havia apenas 3 policlínicas no referido município, em junho de 2019, já eram 7 unidades desse tipo de estabelecimento de saúde.

Ressalte-se que, os indicadores demonstram que houve alguns avanços na área de saúde do município no período histórico pesquisado, uma vez que a população local teve

acesso a diversas modalidades de estabelecimentos de saúde, desde Centro de Atenção Psicossocial à Clínicas Especializadas e um hospital Geral. No entanto, cabe grifar que o município perdeu a central de Regulação de Serviços de Saúde, que só ficou ativa até dezembro de 2011, bem como foram encerradas as operações da Unidade Móvel Terrestre, em 2015, e da única Farmácia do setor público disponível para a população em dezembro de 2016.

Quadro 5: Município de Bayeux: total de estabelecimentos de saúde nos meses de dezembro de 2010 a 2018 e junho de 2019

Tipo de estabelecimento	Mês/Ano										
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	jun/19	
CENTRAL DE REGULAÇÃO	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	28	28	28	28	28	28	29	28	29	29	
CENTRAL DE REGULACAO DE SERVICOS DE SAÚDE	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
CLÍNICA ESPECIALIZADA/AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO	4	4	4	5	4	4	5	5	5	5	
CONSULTÓRIO	3	3	4	4	4	4	4	3	4	6	
FARMÁCIA	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	
HOSPITAL GERAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
LABORATÓRIO DE SAÚDE PUBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
POLICLÍNICA	3	3	2	2	2	5	5	6	6	7	
PRONTO ANTEDIMENTO	-	-	1	1	-	-	1	1	1	1	
SECRETARIA DE SAÚDE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
UNIDADE DE SERVICIO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	
UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	
UNIDADE MÓVEL TERRESTRE	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	
Total	48	48	50	51	49	52	53	51	54	57	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do Datasus

No quadro 6, apresenta-se a distribuição de unidades básicas de saúde nos bairros do município de Bayeux no ano de 2018. Segundo o Ministério da Saúde, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) são a porta de entrada da população para o Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo desses postos é o atendimento de até 80% dos problemas de saúde da população

local, sem que haja a necessidade de encaminhamento para hospitais. Percebe-se que a gestão de saúde pública, em Bayeux, investiu bastante na instalação dessa modalidade de estabelecimento de saúde, que são menos honorosos em relação à instalação de um hospital de alta complexidade tecnológica.

Quadro 6: Município de Bayeux: unidades básicas de saúde no ano de 2018

UBS ALTO DA BOA VISTA I	UBS MARIO ANDREAZZA I
UBS ALTO DA BOA VISTA II	UBS MARIO ANDREAZZA II
UBS BARALHO	UBS MARIO ANDREAZZA III
UBS BRASILIA I	UBS MARIO ANDREAZZA IV
UBS BRASILIA II	UBS RIO DO MEIO I
UBS CENTRO I	UBS RIO DO MEIO II
UBS CENTRO II	UBS SÃO BENTO I
UBS COMERCIAL NORTE I	UBS SÃO BENTO II
UBS IMACULADA I	UBS SÃO LOURENÇO I
UBS IMACULADA II	UBS SÃO VICENTE I
UBS IMACULADA III	UBS SÃO VICENTE II
UBS JARDIM AEROPORTO I	UBS SESI I
UBS JARDIM AEROPORTO II	UBS SESI II
UBS MANGUINHOS	UBS SESI III
UBS TAMBAY	

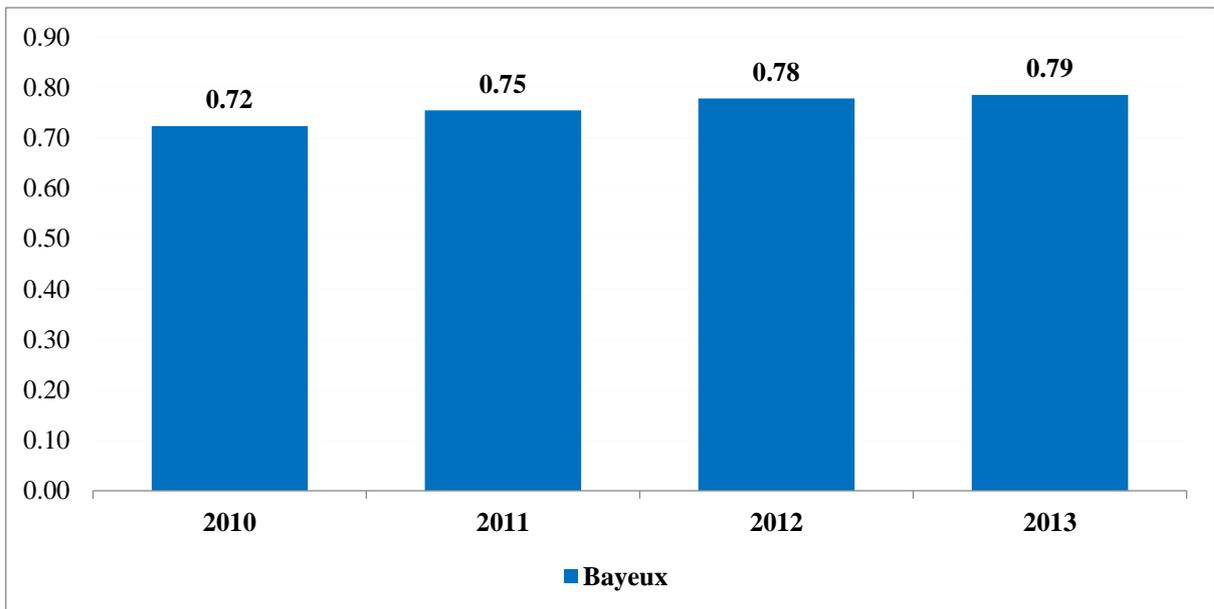
Fonte: CnesWeb/Datasus

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal da área de saúde no município de Bayeux exibiu uma elevação entre os anos de 2010 a 2013 e situou-se num nível de desenvolvimento moderado. Os indicadores que servem de referência para a construção desse índice são: o número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis. No ranking estadual, o IFDM – Saúde de Bayeux ocupou a 51ª posição, enquanto no âmbito nacional, ficou na 2248ª posição.

À despeito do desenvolvimento moderado nessa área, quando se remete o olhar para os indicadores desagregados do município, vistos nos gráficos anteriores, vê-se que o município de Bayeux ainda precisa superar algumas distorções, pois o número de óbitos infantis quase não se alterou entre 2006 e 2012 e os casos de Aids entre o sexo masculino também se manteve alto.

O ODS 3 chama atenção para a importância dos países e demais localidades ofertarem medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis para a população. De acordo com a Declaração de Doha, que assevera o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem de forma ampla as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades de regras de patentes.

Gráfico 16- Município de Bayeux: IFDM Saúde entre os anos de 2010 a 2013



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos do sistema FIRJAN

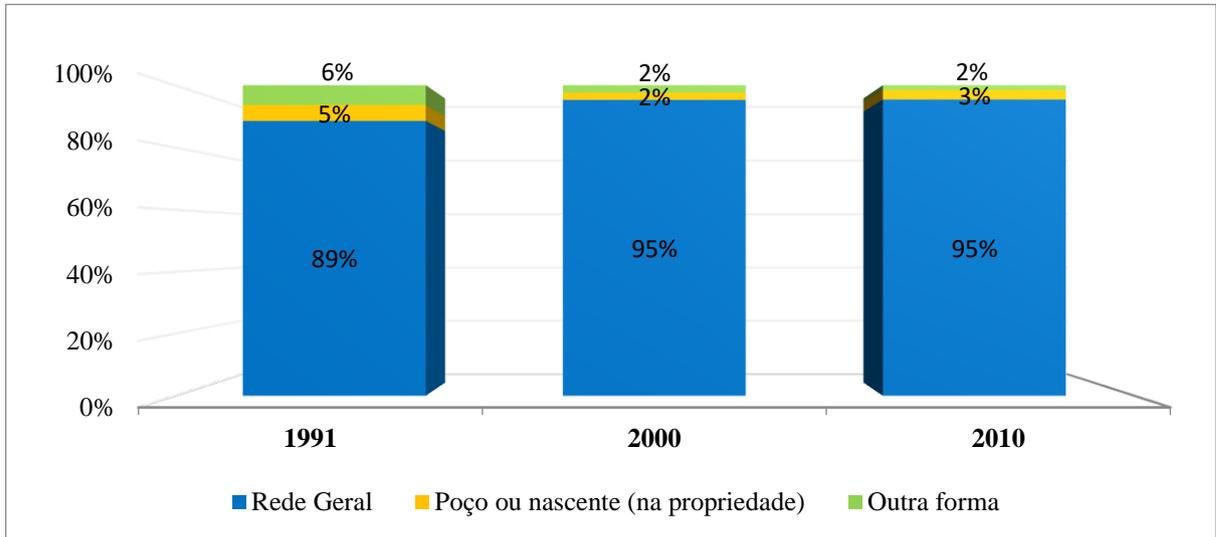
Comparando o IFDM Saúde de Bayeux com os demais municípios da Microrregião de João Pessoa, segundo os dados do Sistema Firjan, todos os seis municípios apresentaram melhora no respectivo índice. Em 2013, Bayeux ocupava o penúltimo lugar no ranking da microrregião, sendo superado por Cabedelo, João pessoa, Conde e Lucena.

4.5 A gestão ambiental

Dentre os 27.685 domicílios localizados na zona urbana do município de Bayeux, de acordo com o Censo de 2010, cerca de 95% tinha acesso a rede geral de abastecimento de água, 3% obtinha água de poço ou nascente dentro de sua propriedade e 2% adquiriam de outra forma. Enquanto na zona rural, dos 917 domicílios existentes, cerca de 83% eram abastecidos por rede de abastecimento adequado, 15% obtinham água de poço ou nascente na sua propriedade e 2% adquiriam de outra forma.

Para o ODS 6, uma das metas até 2030 é elevar substancialmente a eficiência na gestão dos recursos hídricos e no uso da água por todos os setores. Infelizmente, o acesso à água potável ainda não é universalizado em várias partes do planeta. No caso de Bayeux, esse indicador está satisfatório, uma vez que contempla a maioria da população. Mas ainda há domicílios que não são abastecidos pela rede geral de abastecimento de água.

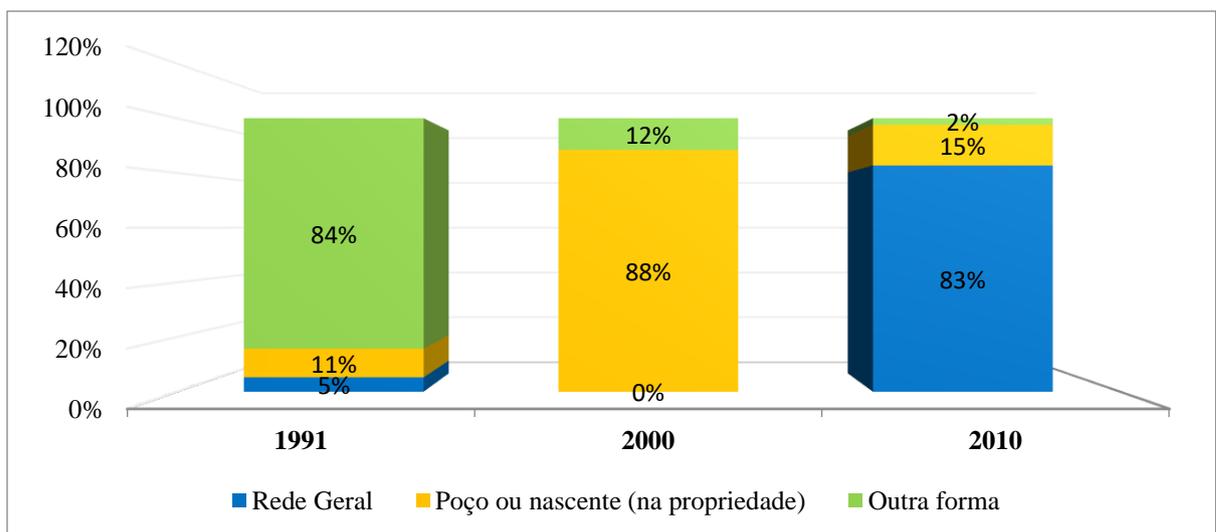
Gráfico 17 – Município de Bayeux: abastecimento de água zona urbana nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Datasus

Como é possível perceber, no gráfico 18, na zona rural de Bayeux, 84% da população que residia nessa área do município estava excluída do acesso a rede geral de abastecimento de água.

Gráfico 18 – Município de Bayeux : abastecimento de água na zona rural nos anos de 1991, 2000 e 2010

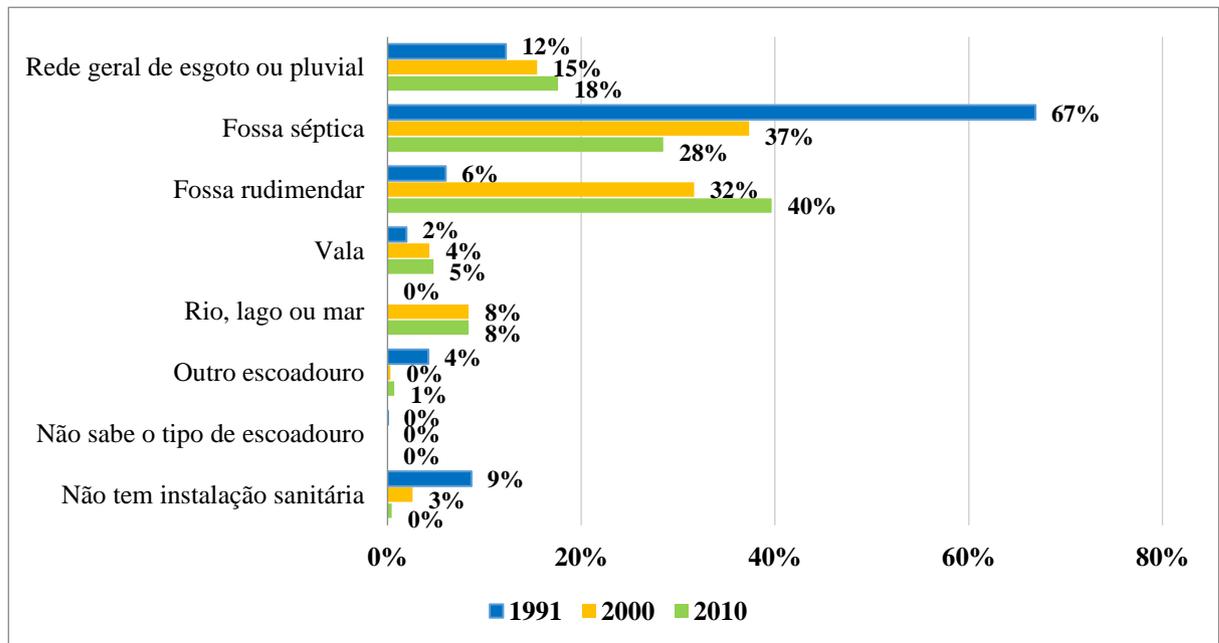


Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Datasus

Esse cenário se altera ao longo dos anos e, em 2010, a maioria da população residente no meio rural do referido município passou a ser abastecida pela rede geral de abastecimento de água potável. Já em relação ao esgotamento sanitário adequado no município, constatou-se que, em 2010, para a zona urbana, apenas 18% dos domicílios possuíam rede geral de esgoto ou pluvial, 28% e 40% utilizam fossa séptica e rudimentar, 5% valas e 8% dos domicílios despejavam nos rios, lagos ou mares.

Tal situação de precariedade das condições sanitárias de Bayeux era ainda mais grave no início da década de noventa. Os dados apresentados no gráfico 19 revelam que 67% dos domicílios existentes na zona urbana do município utilizavam fossa séptica e 9% não tinha nenhuma instalação sanitária.

Gráfico 19 – Município de Bayeux: esgotamento sanitário zona urbana nos anos de 1991, 2000 e 2010

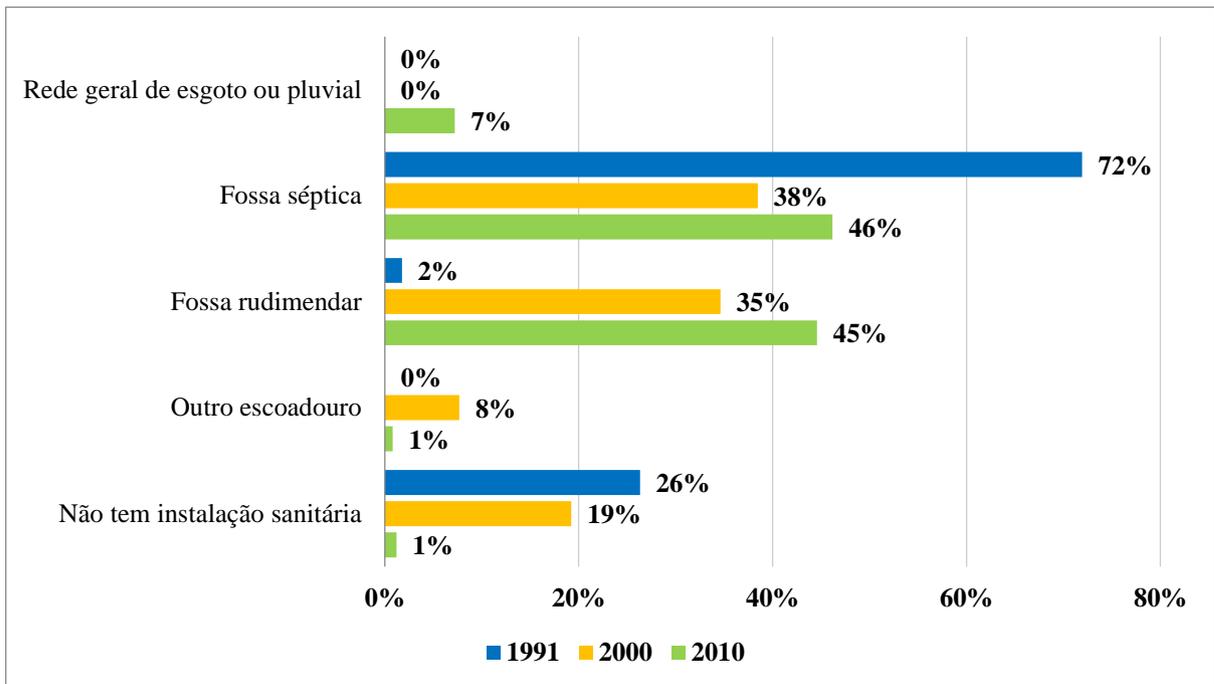


Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Datasus

Um fato preocupante é que, em 2010, 8% dos dejetos provenientes dos domicílios localizados no meio urbano de Bayeux eram escoados nos rios, lago ou mar. Esse aspecto gera um problema ambiental grave porque é uma fonte de contaminação das nascentes e córregos. É importante a descontaminação destes locais direcionando o lançamento correto no sistema de esgoto. Destaque-se que defecação a céu aberto contamina o meio ambiente e gera um problema de saúde pública.

Uma série de doenças podem ser causadas pela água de esgoto não tratado como Febre Tifoide, Cólera, Giardíase e Hepatite, entre outras. As ações do poder público municipal são fundamentais para garantir para toda a população o acesso ao saneamento e higiene adequados equitativos.

Gráfico 20 – Município de Bayeux: esgotamento sanitário zona rural nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Datasus

No que se reporta a zona rural do município de Bayeux, a situação é ainda pior. Em 1991, 71% dos domicílios localizados nessa área usavam fossa séptica e 19% da população não tinha instalação sanitária em suas residências. Chama atenção o fato de que, em 2010, apenas 7% dos domicílios tinham acesso ao sistema de esgoto pluvial.

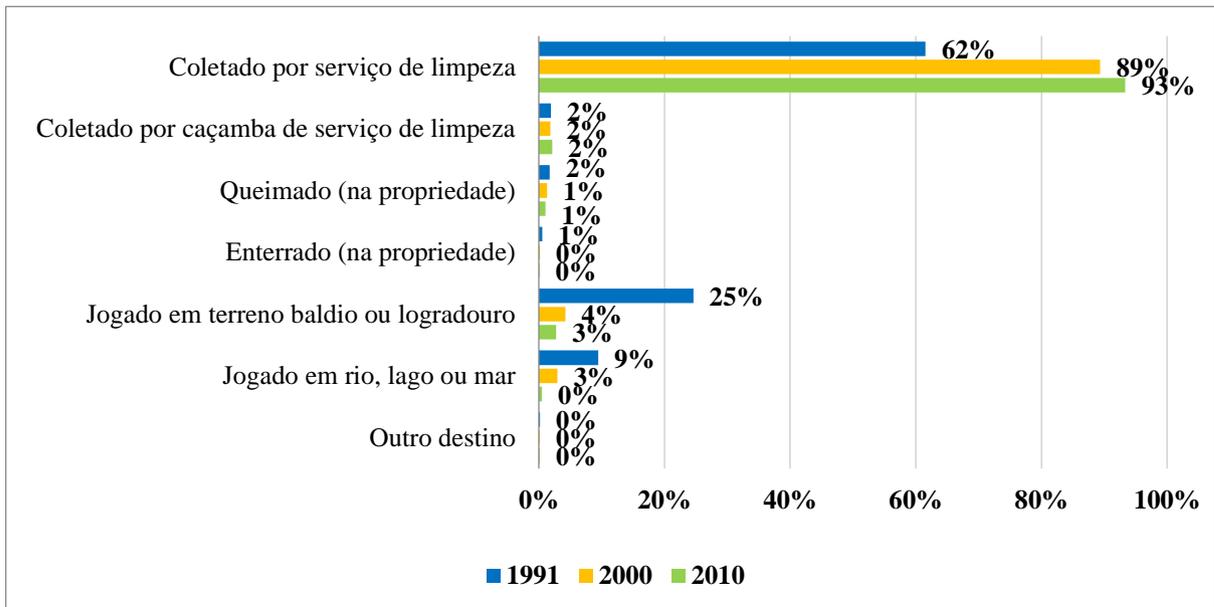
O Saneamento básico tem uma função essencial na preservação das condições ambientais, uma vez que concorre para a prevenção a doenças e a promoção da saúde. Sendo assim, propicia o aumento da qualidade de vida da população bem como a facilitação de atividades econômicas.

Do ponto de vista legal, a população estaria amparada pelo conteúdo da Lei de Nº 11.445 do ano de 2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. O Art. 2º, inciso III da referida Lei determina que os serviços públicos têm como princípios

fundamentais a questão do abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos sendo estes realizados de forma adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente. No entanto, os pequenos municípios, na maioria das vezes, carecem de recursos orçamentários para realizarem investimentos nessas áreas ou, em algumas situações, não há comprometimento da gestão pública municipal de firmar convênios para captar fundos e destinar para essas importantes áreas.

No que diz respeito à destinação do lixo no município de Bayeux, observa-se que, dos 27.685 domicílios localizados na zona urbana, 93% a coleta do lixo era feito por serviço de limpeza; 2% dos domicílios fazia a coleta por caçamba de serviço de limpeza, 1% queimavam o lixo e 3% jogava o lixo em terreno baldio ou logradouro.

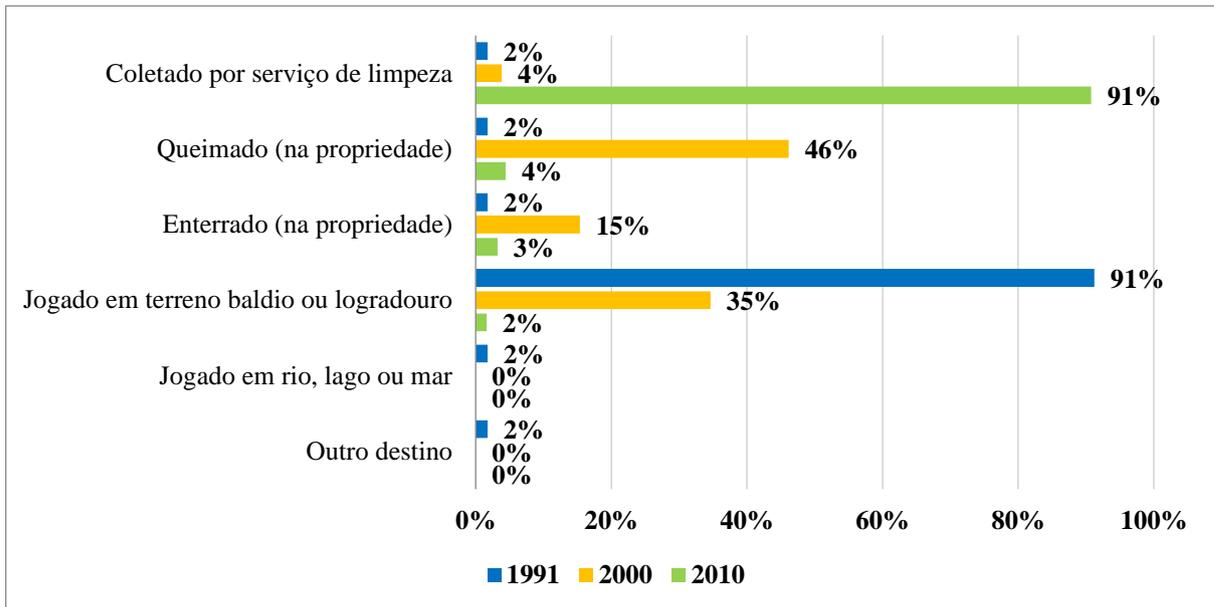
Gráfico 21 - Município de Bayeux: destinação do lixo zona urbana nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Datasus

Na zona rural, dos 249 domicílios existentes em 2010, em torno de 91% fazia a coleta do lixo por algum tipo de serviço de limpeza, 4% queimava na propriedade e 3% era enterrado e 2% é arremessado em terreno baldio ou logradouro. Houve uma queda expressiva na quantidade de domicílios que jogava o lixo em terreno baldio ou logradouro. Em 1991, a proporção era de 25% e passou para 3% em 2010.

Gráfico 22 – Município de Bayeux: destinação do lixo zona rural nos anos de 1991, 2000 e 2010

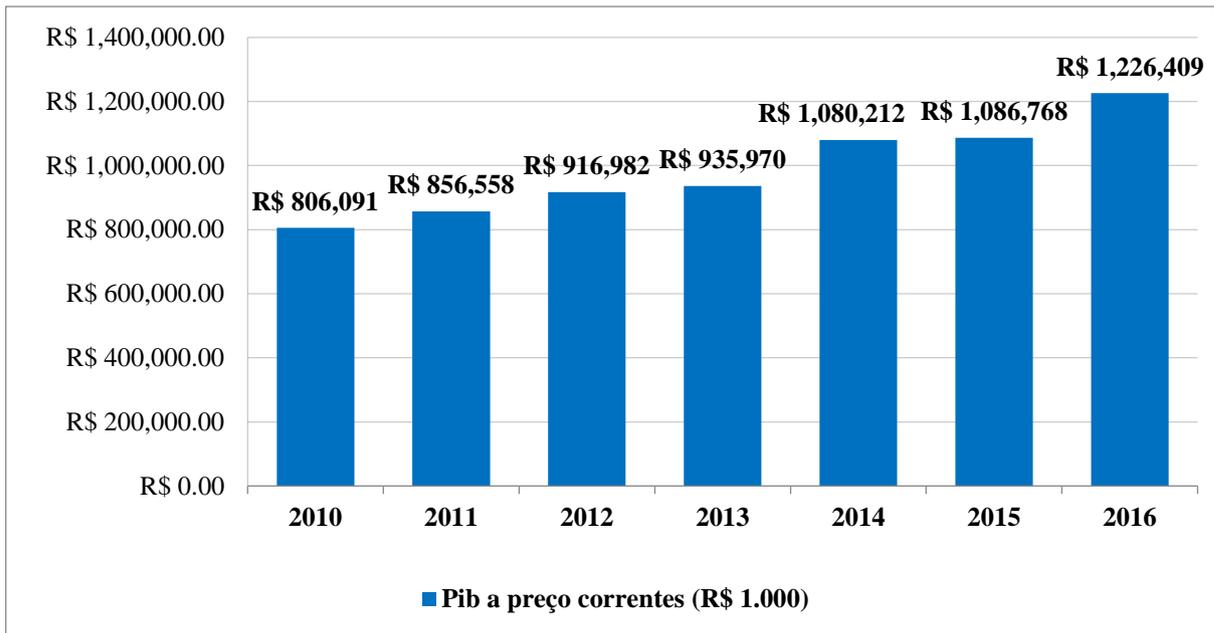


Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Datasus

A arborização das vias públicas é um relevante aspecto ambiental das cidades, pois revela como o espaço urbano é dividido em áreas verdes como: parques, bosques, praças e jardins, entre outros. Quando se analisa esse componente biótico de Bayeux, 42,3% das vias públicas do município estavam arborizadas no ano de 2010, segundo o IBGE cidades. Bayeux ocupava, no referido ano, a 217ª posição e na Microrregião de João Pessoa, estava na 4ª posição, ficando atrás de João Pessoa (78,4%), Cabedelo (75,6%) e Santa Rita (69%).

4.6 O perfil das atividades produtivas e do mercado de trabalho

Segundo o IBGE, O Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente no período de um ano. Em relação à produção de bens e serviços finais do município de Bayeux, a pesquisa realizada permitiu constatar que a PIB municipal evoluiu de R\$ 806,1 milhões, em 2010, para R\$ 1,22 bilhão em 2016. Em termos correntes, ou seja, sem o efeito da inflação observada no período, houve um aumento de 52% no PIB municipal. Na Microrregião de João Pessoa, o PIB de Bayeux, em 2015, segundo o IBGE Cidades, ocupava a 4ª posição.

Gráfico 23 – Município de Bayeux: PIB a Preços Correntes nos períodos de 2010 a 2016

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do Datasebrae

O ODS 11, voltado para o crescimento econômico sustentável e o emprego decente para todos é composto de várias metas que procuram contemplar diversos segmentos produtivos de um país, estado ou município. Por exemplo, uma das metas sugere aos países atingirem, nos seus regionais e locais, níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.

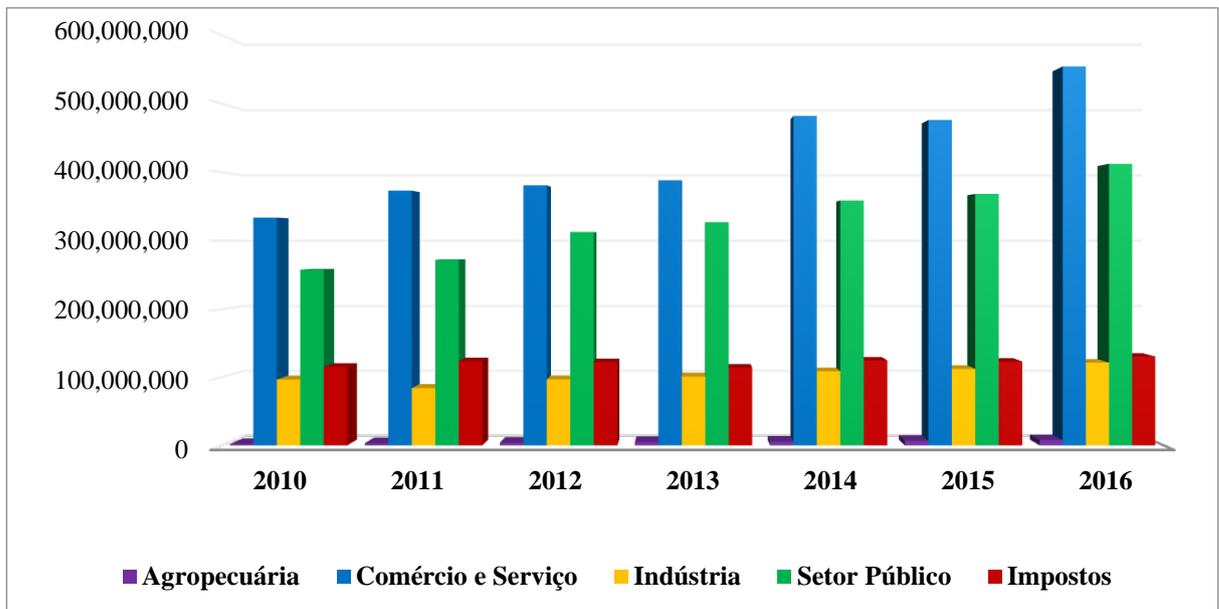
Por sua vez, também estimula a promoção de políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, criatividade e inovação, o incentivo à formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Quando se remete o olhar para as realidades locais no Brasil e, em particular, para o estado da Paraíba, muitos municípios têm economias frágeis e não são dotados de externalidades que estimulem as decisões locacionais das empresas. Portanto, são metas desafiadoras e que requerem um esforço conjunto de atores institucionais para incentivar os empreendimentos econômicos nessas localidades.

A distribuição do Produto Interno Bruto de Bayeux, por atividade econômica, revela alguns aspectos que merecem destaque. Em todos os anos que vão de 2010 a 2016, o setor de

serviços e o setor público foram os que ocuparam a primeira e segunda posição no PIB municipal, respectivamente.

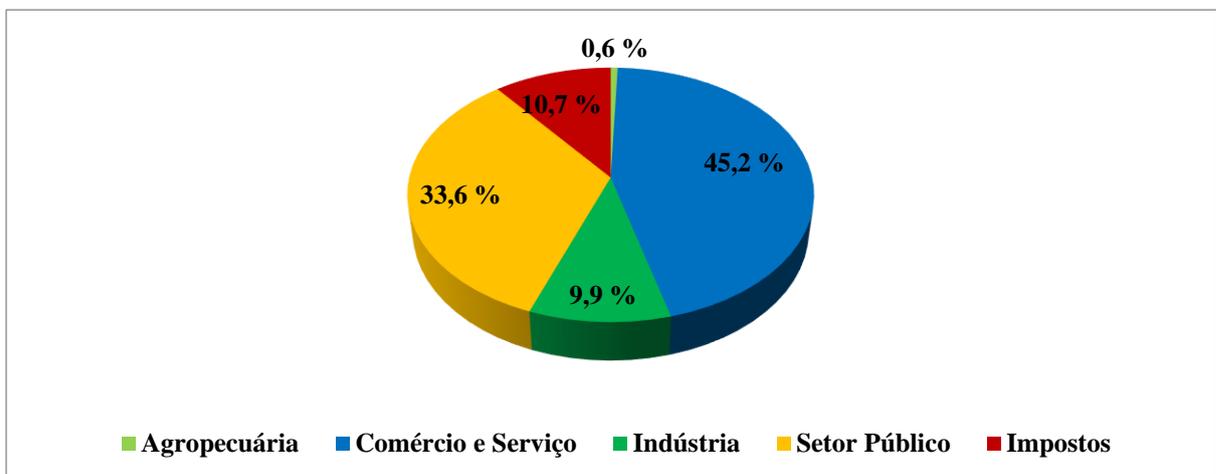
Gráfico 24 – Município de Bayeux: PIB por setores nos períodos de 2010 a 2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do Datasebrae

O setor industrial apresentou uma retração na participação relativa no PIB, entre 2010 e 2011, mas se recuperou nos anos seguintes.

Gráfico 25 – Município de Bayeux: participação das atividades econômicas no PIB no ano de 2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do IBGE

A participação do setor agropecuário foi praticamente nula em todo o período. Como mais de 90% do território de Bayeux constitui zona urbana, isso explica a inexpressiva contribuição do setor primário. O referido município tinha um PIB *per capita*, em 2015, de R\$ 11.829,3. Bayeux ficou na última posição em relação aos demais municípios da Microrregião de João Pessoa.

A partir das informações ilustradas na Figura 7, podemos observar que haviam 3.018 empresas instaladas no município em Bayeux em 2014, a maioria era do segmento de comércio (1.598), o que representava 52,9 % do total de empresas cadastradas com CNPJ na economia local. Com relação ao número de empresas por porte, 71,6% do total correspondia a MEI - Microempreendedores individuais. Esse é um aspecto relevante porque o MEI foi criado com o objetivo de facilitar a formalização de algumas atividades econômicas. Desde 2009, é possível que uma pessoa que atua na informalidade abra uma empresa, obtenha um CNPJ e emita notas fiscais.

Figura 7- Infográfico do Município de Bayeux

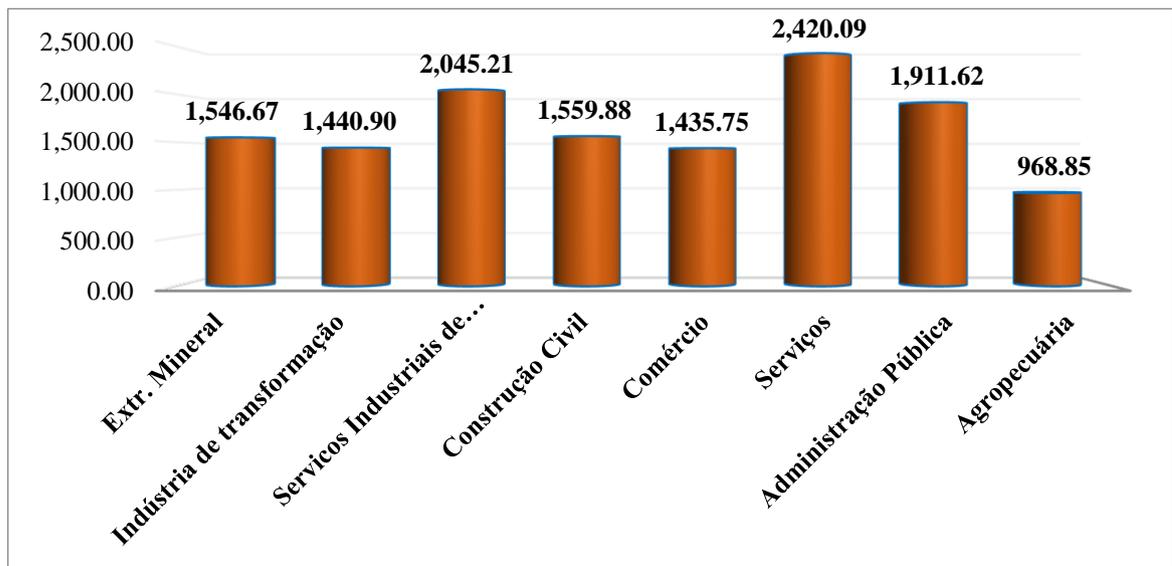


Fonte: Print Screen da tela do site do DataSebrae

De acordo com IBGE Cidades, o salário médio mensal dos trabalhadores formais no município de Bayeux era de cerca de 1,8 do salários mínimos. Em relação aos demais municípios do estado, Bayeux ocupava a 23ª posição.

Ao se analisar a remuneração média dos empregos formais por atividade econômica em Bayeux no ano de 2017, percebe-se que o setor de serviços exibiu o maior valor (R\$ 2.420,09), seguido pelo setor de serviços de utilidade pública industrial (R\$ 2.045,2) e administração pública (R\$ 1.911,62). O setor agropecuário, no ano referido, foi o que apresentou a remuneração média mais baixa (R\$ 968,65). Portanto, fica evidente, no município, uma assimetria quanto ao rendimento do trabalho entre as atividades econômicas.

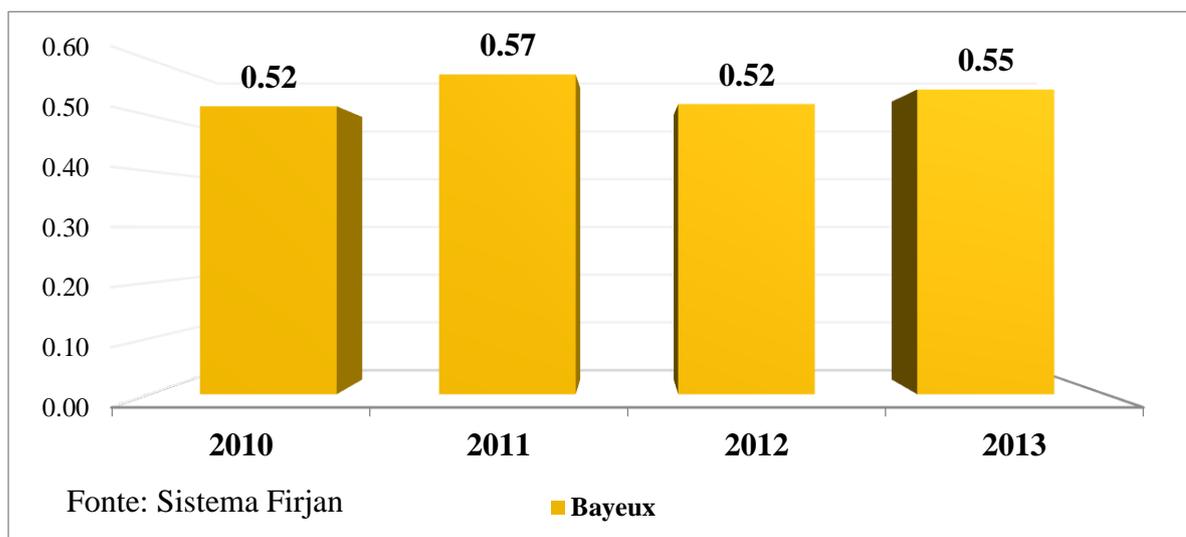
Gráfico 26 – Município de Bayeux: remuneração média dos empregos formais por atividade econômica no ano de 2017



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos da Rais

No que se reporta ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na perspectiva de emprego e renda, o município de Bayeux, entre os anos de 2010 a 2013, obteve um desenvolvimento regular.

Gráfico 27 – Município de Bayeux: IFDM Emprego e Renda entre 2010 e 2013



O IFDM - emprego e renda utiliza os seguintes indicadores para sua construção: geração de emprego e renda formal; estoque de emprego formal e salários médios do emprego formal. Segundo o Sistema FIRJAN, quanto mais próximo de um, mais satisfatório o nível de desenvolvimento nessa dimensão.

As informações contidas no gráfico 27 indicam que não houve uma melhora no IFDM emprego e renda em Bayeux. Alguns aspectos podem ter influenciado o comportamento desse índice no município. A participação de pessoa ocupadas no setor formal de trabalho é relativamente pequena em comparação às atividades informais. O grande número de Microempreendedores Individuais, vistos na figura 7, dá uma indicação de como a informalidade deve ser ampla no município. Além disso, os rendimentos médios são relativamente baixos e gravitam entre um a dois salários mínimos.

4.7 As Finanças Públicas Municipais

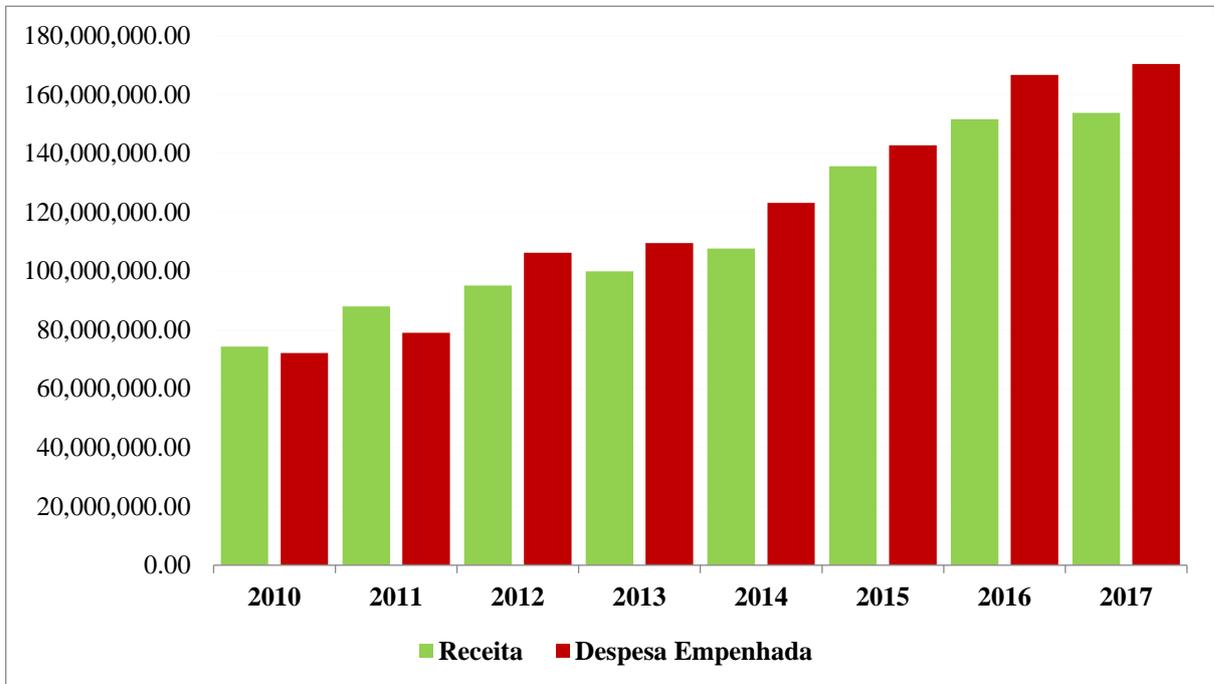
A análise das finanças públicas da prefeitura de Bayeux é pertinente no âmbito desse estudo porque o comportamento fiscal do município sinaliza as prioridades da gestão local e revela se as ações das secretarias municipais, nas diversas funções programáticas, estão em sintonia com os ODS e, em particular, com o ODS16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes. O desenvolvimento sustentável, no âmbito local, requer uma governança efetiva.

Algumas prefeituras no Brasil enfrentam várias questões que limitam a efetividade das políticas públicas. Em geral, a receita tributária própria é relativamente limitada para financiar a diversidade de serviços públicos que são necessários para o planejamento urbano das cidades. Os gastos com pessoal, na maioria dos municípios, superam os limites legais e drenam os poucos recursos orçamentários existentes. Ainda assim, algumas experiências de gestão fiscal, como já citadas no capítulo 2, revelam que é possível alinhar o plano diretor do município e o orçamento anual aos ODS.

O exame das finanças públicas municipais indicou que a evolução do resultado fiscal da prefeitura de Bayeux, entre 2010 e 2017, foi bastante instável. Segundo o Portal SAGRES do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, apenas nos anos de 2010 e 2011 houve resultado

superavitário entre a receita orçamentária total e a despesa empenhada⁸. Nos demais anos, os resultados fiscais foram deficitários. No último ano da série histórica, a despesa empenhada alcançou a cifra de R\$ 170.333.491,8 enquanto a receita orçamentária total foi de R\$ 166.656.912,1, um déficit fiscal de R\$ 3.676.579,7.

Gráfico 28 - Município de Bayeux: receita orçamentária e despesa empenhada anual entre 2010 e 2017 (em R\$)



Fonte Elaboração Própria a partir dos dados obtidos do sistema Sagres

Com o novo pacto federativo estabelecido pela Constituição de 1988, os municípios passaram a ter novas atribuições. As esferas subnacionais também passaram a ter mais autonomia na alocação dos recursos orçamentários. No entanto, as novas competências constitucionais não foram acompanhadas da ampliação da arrecadação tributária desses entes federativos, que se tornaram dependentes das transferências de tributos do governo federal e dos estados.

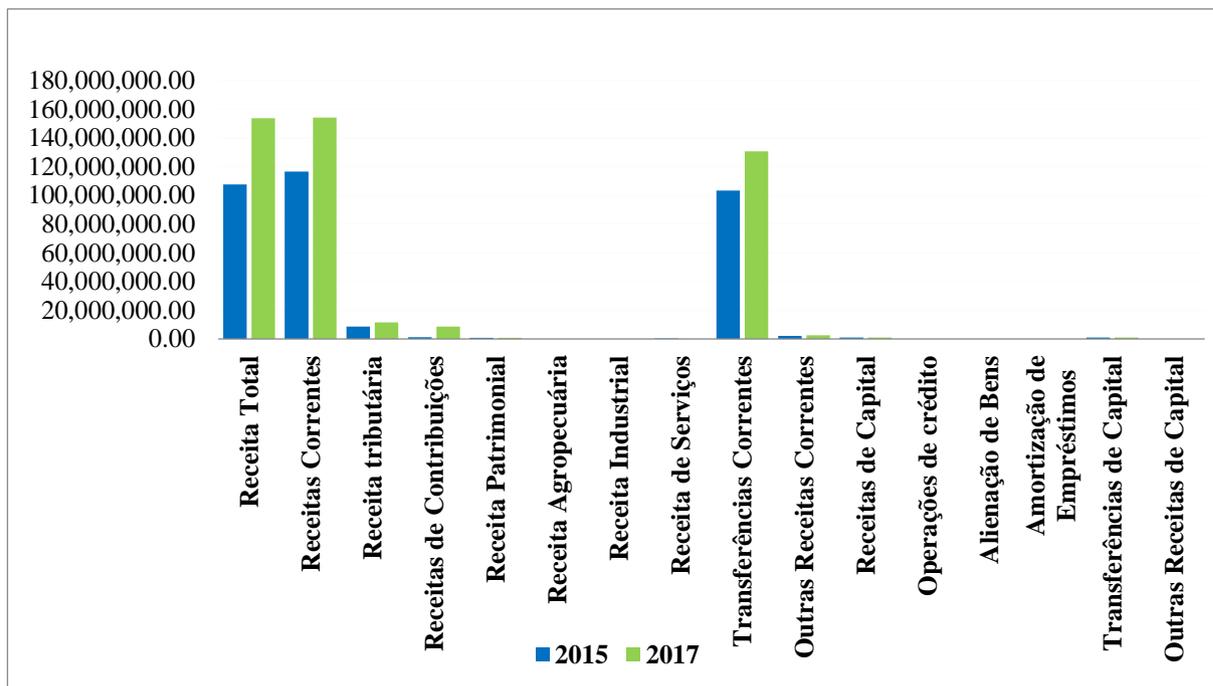
À despeito da amplitude que as prefeituras passaram a ter principalmente nas ações direcionadas para a universalização de alguns direitos sociais como educação básica e saúde,

⁸ A despesa pública no Brasil é realizada em consonância com o orçamento de determinado exercício orçamentário. Despesa empenhada significa o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face aos compromissos assumidos pela prefeitura.

algumas cidades ainda enfrentam limitações quanto à prestação de serviços essenciais à população. Daí a pertinência de estudos que examinem, a nível local, como essas questões estão sendo conduzidas pela burocracia pública e pelos gestores.

Como é possível visualizar no gráfico abaixo, as transferências intergovernamentais representaram, em média, cerca de 86,7% da receita orçamentária total da prefeitura de Bayeux, aspecto que demonstra a grande dependência dos recursos tributários da União e do governo do estado da Paraíba.

Gráfico 29 – Município de Bayeux: principais receitas por categoria entre 2015 e 2017



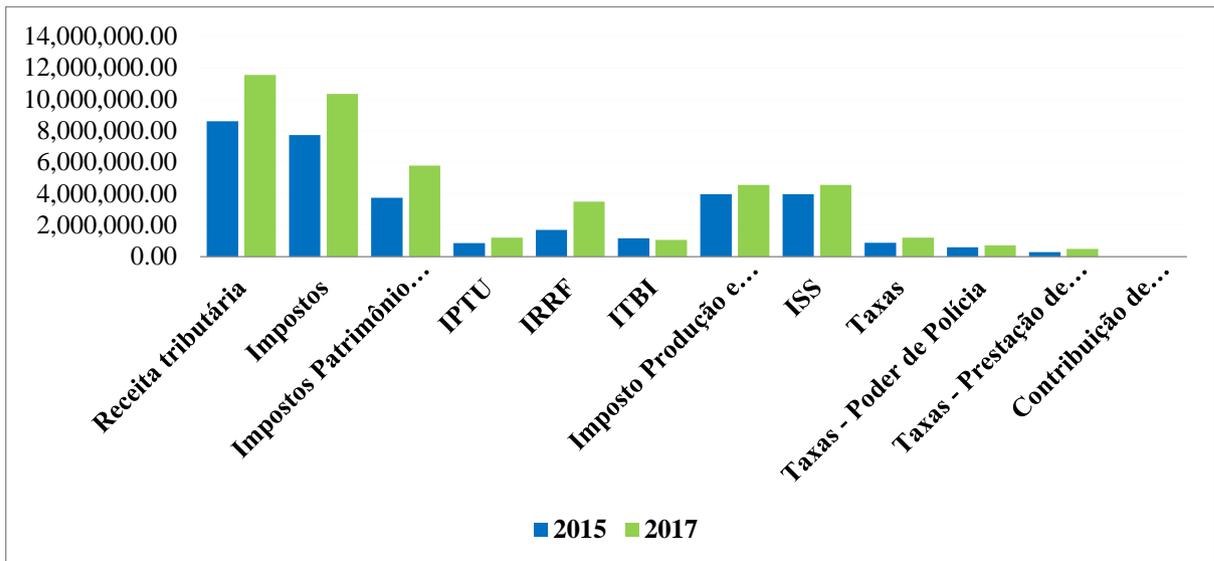
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do ComparaBrasil

Para os anos de 2015 e 2017, a receita tributária própria da prefeitura de Bayeux alcançou as cifras de R\$ 8.594.228,47 e 11.555.061,59, respectivamente. Em termos percentuais, esses valores representaram 7,37% e 7,49%. Proporções muito reduzidas da receita total da prefeitura que, por dispositivo constitucional, tem diversas competências e atribuições para atender a população local como serviços de educação básica, saúde, urbanismo, gestão ambiental, entre outros.

No que diz respeito à composição da arrecadação dos tributos municipais, observa-se que a maior parcela é resultado da arrecadação do Imposto sobre Serviço de Qualquer

Natureza (ISSQN) conhecido também como imposto sobre serviços (ISS). Em termos monetários a arrecadação de ISS em 2017 foi de R\$ 4.553.580,25. Os impostos sobre patrimônio e renda são tributos federais, cuja cota parte é transferida para o município.

Gráfico 30- Município de Bayeux: valor dos tributos nos anos de 2015 e 2017 (em R\$)

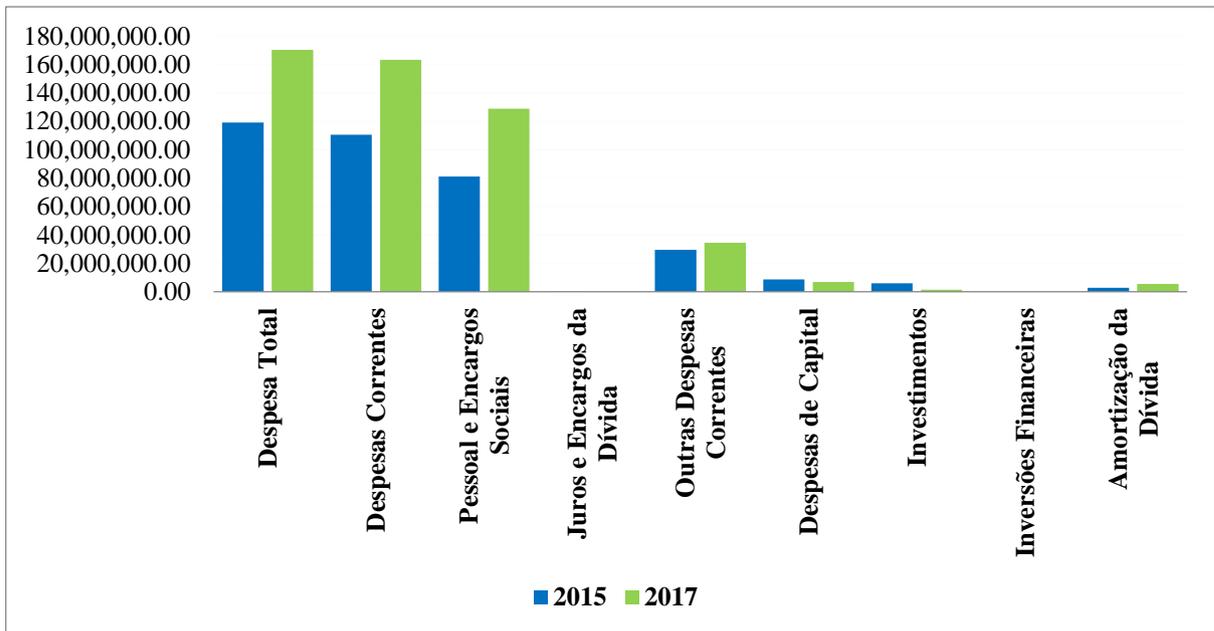


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do ComparaBrasil

Quanto às despesas por categoria econômica da prefeitura, houve um crescimento de 43% entre 2015 e 2017, o que representou um salto de R\$ 119.229.155,19 para 170.333.491,81. Note-se, também, que o valor gasto com o pessoal e encargos sociais em relação às despesas totais da prefeitura foi de cerca de 73%. Já em comparação ao ano de 2017, a proporção das despesas com o pessoal evoluiu mais ainda atingindo 79%, ou seja, em termos monetários representou um gasto de R\$ 128.985.469,20. É bastante provável que o limite máximo do teto estabelecido pela LRF quanto aos gastos com pessoal tenha sido superado. A LRF determina que o valor do gasto com o pessoal não exceda os 60% da receita corrente líquida.

Outro ponto que chama bastante atenção é em relação ao investimento público. Em 2015, a prefeitura realizou um investimento de apenas de R\$ 5.993. 837,97 na cidade e essa cifra recuou bastante em 2017 para R\$ 1.405.554,54. Em parte, a inexpressiva capacidade de investir da prefeitura está associada aos elevados gastos com o pessoal da prefeitura e da baixa arrecadação.

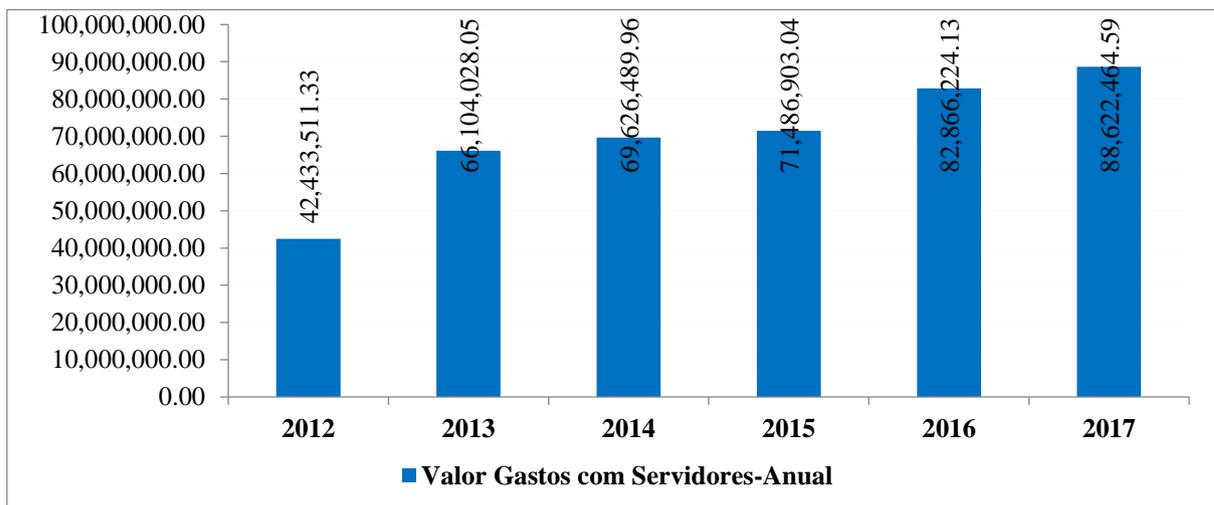
Gráfico 31 – Município de Bayeux: despesa por categoria econômica nos anos de 2015 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do ComparaBrasil

De acordo com o Sistema Sagres o gasto da prefeitura de Bayeux com a folha de pagamento dos servidores municipais foi crescente ao longo de toda série histórica de 2012 até 2017. Comparando a evolução do gasto com pessoal e encargo sociais entre 2012 e 2013, percebe-se que o crescimento foi de cerca de 55,78%. Observa-se também que o gasto público com os servidores em 2017 quase que dobrou em relação ao valor observado em 2012.

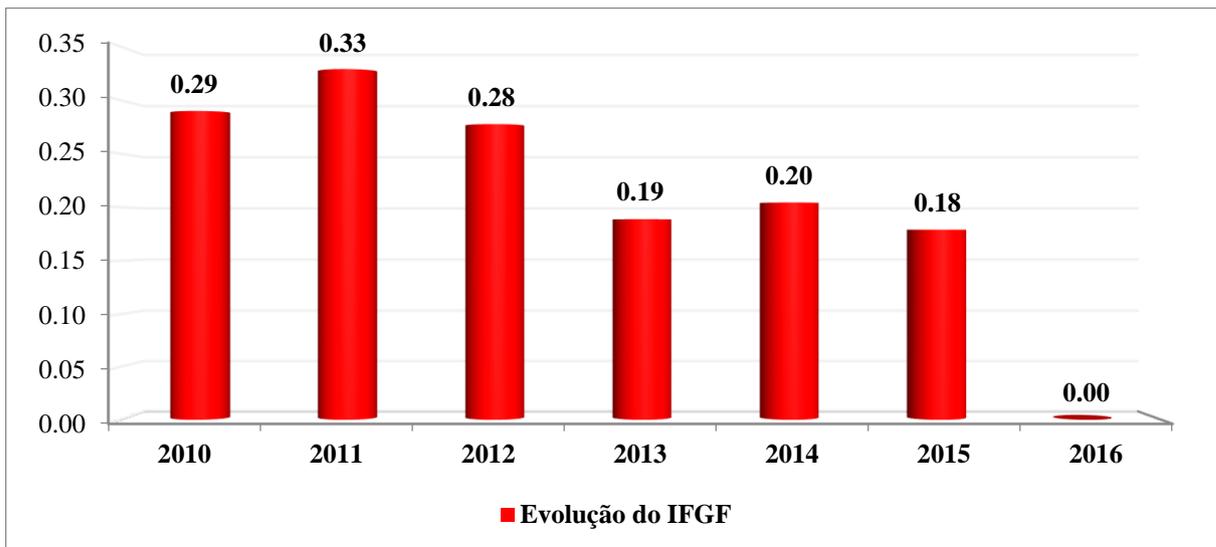
Gráfico 32 – Município de Bayeux: valor gasto com servidores nos períodos de 2012 a 2017



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos do sistema

No que se reporta ao Índice Firjan de Gestão Fiscal, o município de Bayeux obteve um conceito D em todos os anos que vão de 2010 a 2016, ou seja, a prefeitura apresentou uma gestão crítica. O menor índice observado foi em 2015 (0,18) e para o ano seguinte percebe-se que a prefeitura não disponibilizou tal resultado.

Gráfico 33 - Prefeitura de Bayeux: evolução do IFGF nos anos de 2010 a 2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do Sistema IFGF

A situação fiscal da prefeitura de Bayeux é bastante crítica e esse aspecto compromete a execução do orçamento público e a provisão de serviços essenciais para a população. Nessa perspectiva, o aludido município enfrenta um grande desafio para construir uma governança efetiva que possibilite uma trajetória em direção aos objetivos e metas dos ODS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda global, construída em 2015 como uma iniciativa da Organização das Nações Unidas. Essa agenda é composta por 17 objetivos e 169 metas que precisam ser alcançados até 2030 e aglutina quatro dimensões: Social, Ambiental, Econômica e Institucional.

Os ODS propõe a parceria entre atores institucionais, governos e sociedade civil para que sejam feitas as escolhas certas na trajetória socioeconômica e ambiental dos países e no interior desses. A referida agenda oferece orientações para que todos os países adotem medidas que ampliem a qualidade de vida da população e que enfrentem os desafios ambientais do planeta.

O objetivo principal estudo foi analisar se as condições socioeconômicas, ambientais e da gestão fiscal de Bayeux/PB, no período de 2000 a 2017, exibiram uma trajetória alinhada às metas e objetivos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável proposto pela Organização das Nações Unidas.

A partir dos resultados do estudo proposto, em relação ao ODS 1, que procura acabar com a pobreza, constatou-se que houve uma redução na quantidade de pessoas pobres no município. No entanto, ainda há uma proporção razoável de pessoas que vive exposta à vulnerabilidade social e destituídas das condições mínimas para reproduzirem suas vidas com cidadania.

Com relação ao ODS 2, foi possível notar que a quantidade de famílias que tinham acesso ao programa de transferência de renda com condicionalidade no município apresentou declínio. Esse aspecto pode ser uma indicação de que houve uma melhora nas condições sociais dessas famílias e que pode ter causado reflexos positivos para a segurança alimentar.

O sistema educacional do município apresentou avanços e recuos. As matrículas para o ensino pré-escolar, o ensino fundamental e médio cresceram ao longo do hiato temporal estudado, mas a distorção idade/série e a evasão escolar não tiveram declínio. Por outro lado, para os anos finais do ensino fundamental, os gastos anuais por aluno se elevaram, mas as notas do Ideb ficaram abaixo das metas. Esses aspectos tornam o alcance do ODS 3 mais desafiador.

Houve um aumento na expectativa de vida da população, mas a taxa de óbito para adultos e crianças não caiu de forma mais expressiva. No campo da saúde, os casos de AIDS

chamaram atenção, principalmente a incidência entre pessoas jovens. O município detém de uma boa quantidade estabelecimentos de saúde nos bairros da cidade, mas só possui um hospital para atender uma população de quase 100 mil habitantes. Para alcançar o ODS 3 – que procura assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, o município precisa investir mais nessa área não só com a instalação de unidades de saúde de urgência e emergência, mas que instale também unidades hospitalares de alta complexidade tecnológica.

Quanto ao ODS 6 – que procura assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, o município de Bayeux tem conseguido avançar na universalização do serviço de abastecimento de água nas últimas duas décadas, mas apresenta uma situação bastante precária quanto ao acesso da população ao sistema de saneamento. Uma pequena proporção de domicílios tem acesso ao sistema de esgoto pluvial.

As principais atividades econômicas do município de Bayeux se concentram nos serviços, comércio e administração pública. Do ponto de vista do porte das empresas, a maior parcela é formada por microempreendedores individuais, aspecto que pode denotar que a informalidade do trabalho é expressiva na referida localidade. A distribuição dos rendimentos médios no mercado formal de trabalho do município esteve concentrada nas faixas de um a dois salários mínimos. Percebe-se que o alcance do ODS 8, que propõe uma agenda de crescimento econômico inclusivo e sustentável e emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, requer do município a superação de distorções estruturais que limitam a melhoria dos padrões de produção e do mercado de trabalho.

No que se refere à evolução das finanças municipais de Bayeux, constatou-se que essa dimensão foi uma das mais problemáticas para o município, pois em todos os anos pesquisados, a prefeitura apresentou uma gestão fiscal em conceito crítico e ainda piorou a qualidade da gestão com o passar dos anos. A prefeitura tinha uma alta dependência dos recursos tributários federais e estaduais e possuía uma capacidade de arrecadação própria muito baixa para deslanchar investimentos públicos capazes de trazer soluções para os problemas da cidade, como a falta de um sistema de saneamento para toda a população. O ODS 16, que destaca a pertinência de uma governança efetiva, é o que mais o município precisa incorporar no seu formato de gestão orçamentária para garantir a provisão e universalização dos serviços públicos essenciais para a população local.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE Notícias, **Síntese de Indicadores Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017**. Editoria: Estatísticas Sociais, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- AGÊNCIA IBGE Notícias. **Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017**. Editoria: Estatísticas Sociais, 2018. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. 2008. Disponível em: <<http://en.braudel.org.br/research/archive/downloads/a-transicao-demografico-e-a-janela-de-oportunidade.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- ALVES, J. E. D. A. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 32, n. 3, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982015000000035>>. Acesso em 9 ago. 2019.
- BARBOSA, Gisele S. O Desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, 4 ed., v. 1, n. 4, jan./jun. 2008.
- BASE de dados Qedu. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2019.
- BAYEUX (Município). Prefeitura Municipal de Bayeux. Disponível em: <<http://www.bayeux.pb.gov.br/a-cidade/historia.html>> . Acesso em 5 maio 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 5 maio 2018.
- BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 4reimpr. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. 80 p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70313/738485.pdf?sequence=>>>. Acesso em: 5 maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados DatasusTabnet. Distrito Federal –DF, 2008. **Censo Demográfico**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&id=6942>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados DatasusTabnet. Distrito Federal –DF, 2008. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>>. Acesso em: 17 abril 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Banco de dados DatasusTabnet**. Distrito Federal –DF, 2008. **Saneamento**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&id=6947>>. Acesso em 18 abril 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/relatorios-de-avaliacao-fiscal>>. Acesso em: 5 maio 2018.

CADASTRO Nacional de Estabelecimentos de Saúde, CNES. **Estabelecimentos de Saúde**. Disponível em: <<http://cnes2.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

CAMARGO, Aspásia. Governança para o século 21. *In*: TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília : Ipea, 2013. 494 p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Tradução de *Our common future*. 1 ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COMPARABRASIL. **Município de Bayeux**. Disponível em:<<http://comparabrasil.com/municipios/paginas/modulo1.aspx>> Acesso em: 15 jul. 2019.

CONFEDERAÇÃO Nacional de Municípios. **A Crise nos Municípios Brasileiros, 2017**. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/A_Crise_Municipios_2out_2017.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2018.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Rio de Janeiro, 2012. Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (rio + 20). **O Futuro que Queremos**. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>> . Acesso em: 5 maio 2018.

DATASEBRAE.**Indicadores**. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ESTRATÉGIA ODS. Disponível em: <<http://www.estrategiaods.org.br/>>. Acesso em: 2 set. 2019.

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). **Banco de dados**. Rio de Janeiro – RJ, 2008. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). **Anexo metodológico**. Rio de Janeiro – RJ, 2018. Disponível em:<<https://www.firjan.com.br/data/files/E8/06/F0/D5/58E1B610E6543AA6A8A809C2/Metodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf/>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). **Banco de dados**. Rio de Janeiro – RJ, 2012. Disponível em <<http://www.firjan.com.br/ifgf>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). **Anexo metodológico**. Rio de Janeiro – RJ, 2017. Disponível em <<https://www.firjan.com.br/data/files/E2/82/21/A0/9AF3E5107210A3E5A8A809C2/Anexo%20Metodol%C3%B3gico%20IFGF%202017.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

FERREIRA, Rosimery da Silva. Infraestrutura Urbana de Bayeux/PB: A análise de suas especificidades como subsídio à produção de cenários para o planejamento urbano. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2015.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFGF 2017 –Índice Firjan de Gestão Fiscal**: Ano base 2016 – Recorte Municipal, Abrangência Nacional. Rio de Janeiro, 2017, 34 p. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/data/files/4A/B0/A3/B1/C4CCD51063C6AAD5A8A809C2/IFGF%202017%20-%20Analise%20Especial%20-20%20Verso%20Completa.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2018.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Anexo Metodológico do IFDM 2018 – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**. Rio de Janeiro, 2018, 7 p. Disponível em: <<http://www.firja.com.br/data/files/46/21/E2/BD/DF834610C4FC8246F8A809C2/Metodologia%20IFDM%20-Final.pdf>>. Acesso em 7 out. 2018.

GASPER, D.R. (2000). **‘Development as Freedom’**: Moving Economics Beyond Commodities – The Cautious Boldness of Amartya Sen. *Journal of International Development*, 12(7), 989–1001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1765/50702>>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4º T. São Paulo: Editora Atlas, 2002. Disponível em: <[HTTPS://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)> . Acesso em: 25 maio 2018.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, artigo 3. set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512012000300004&script=sciabstract&tlng=pt>>. Acesso em: 7 out. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/bayeux/historico>>. Acesso em: 5 maio 2018.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios, Bayeux 2010-2017**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio&c=2501807>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ideb**: Estatística da Educação Básica. Brasília 2016. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MONTEIRO, I. P. C. A produção histórica do discurso do desenvolvimento sustentável: origens, tendências e desafios. **Arquivo Jurídico**, Teresina, v. 2, n. 2, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/raj/article/view/1122/885>>. Acesso em: 7 out. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **A Agenda 2030**. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 7 out. 2018.

_____. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova York, 2000. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta as Nações Unidas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf> . Acesso em: 22 maio de 2018.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p.51-64, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142012000100005&script=sciabstract&tlng=pt>>. Acesso em: 7 out. 2018.

OKADO, G. H.; QUINELLI, C. L. Megatendências mundiais 2010 e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 111-129, jul./dez, 2016. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/download/5266/2892>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

OLIVEIRA, Gilson B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PARAÍBA. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCEPB. **Sistema de acompanhamento da gestão de recursos da sociedade – SAGRES**. Paraíba, 2019. Disponível em: <<https://sagresonline.tce.pb.gov.br?#/municipal/inicio>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

PEREIRA, José Matias. Jornal do Brasil. **Federalismo fiscal e crise econômica nos municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2012/09/17/federalismo-fiscal-e-crise-economica-nos-municipios-brasileiros/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1973131/mod_resource/content/1/Polanyi_A%20grande%20transform.%20-%20livro%20todo.pdf>. Acesso em 28 jan 2019.

PORTAL ODS. Disponível em: <<http://rd.portalods.com.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/>>. Acesso em: 5 maio 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, jul. 1993.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômica ecológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>>. Acesso em: 16 set. 2019.

ROYBENS, Ingrid. **An unworkable or a promising alternative?** Sen’s capability approach reexamined. Disponível em : <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.571.9921&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

SAGRES. Disponível em: <<http://tce.pb.gov.br/sagres-online>>. Acesso em: 17 maio 2019.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. T. Florianópolis: UFSC, 2005. Cap. 2, p. 20-22. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

SINAN. Aids. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/painel-de-indicadores-epidemiologicos>>. Acesso em: 12 maio 2019.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios**: a promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Editora Futura, 2006.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>.

VELLOSO, Raul. **Ajuste do Gasto da União e Retomada do Crescimento Econômico, 2006**. Disponível em: <http://www.etco.org.br/user_file/etco_Raul_Velloso_ajuste.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.